

Douglas Biagio Puglia

O Militarismo Como Projeto de Estado

Monografia de Bacharelado

Departamento de História

Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Universidade Federal de Ouro Preto

Mariana, 2003.

Douglas Biagio Puglia

O militarismo Como Projeto de Estado.

Monografia apresentada ao Curso
de História da Universidade
Federal de Ouro Preto como parte
dos requisitos para a obtenção do
grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Henrique
Soares Carneiro.

Departamento de História
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Universidade Federal de Ouro Preto

Mariana, 2003.

A meus pais.

Agradecimentos.

Gostaria de agradecer ao Professor Adriano pela ajuda e atenção prestada, que foi de extrema valia e imprescindível para a execução deste trabalho. Gostaria de agradecer também ao Professor Henrique que muito me ajudou nas pesquisas desenvolvidas durante a minha graduação.

Agradeço também aos amigos da república Calangos, que estavam presentes em todos os momentos e que me são inestimáveis: Flávio, Caion, Fabrício, Pablo, André e Renato. Não poderia me esquecer de outros grandes amigos que deixo ao final destes quatro anos: Rodriguinho, Fábio (o barba), Marina, José Gaspar Mansur e Fernanda.

Gostaria de agradecer a minha família, que foram as pessoas que tornaram possível os meus estudos. Pela dedicação, tempo e carinho dispensados por eles em favor de minha pessoa.

Obrigado!

Resumo.

Monografia de bacharelado sobre História Política do Brasil que analisa a constituição do Estado Militar logo após o golpe de 1964, procurando delimitar as ações governamentais e mudanças no modo de fazer política que aconteceram com a chegada dos militares ao poder. O presente trabalho busca analisar como seria a constituição desta forma de governar, pensando os militares como um grupo social específico, com suas peculiaridades e tradições próprias e que tais tradições e costumes influiriam na forma de governar e nas medidas políticas.

Abstract

This is a baccalaureate Final Paper in Brazilian Political History which analyses the constitution of the military state soon after the 1964 coup d'état, seeking to delimit the government actions and changes in the way of making politics which happen with the military in the state. This work seeks to analyse how would be the constitution of this way of government, thinking the military like a specific social group, with their own traditions, and which traditions would influence in the military political changes.

SUMARIO

| | |
|--|----|
| 1. Introdução..... | 07 |
| 2. Questões com relação aos aspectos da sociedade brasileira e sua implicação nos processos de constituição das instituições políticas..... | 12 |
| Notas..... | 37 |
| 3. O Estado no Brasil e a formação do Estado militar..... | 38 |
| Notas..... | 65 |
| 4. Intelectuais orgânicos, classe social e construção do Estado militar no Brasil..... | 66 |
| Notas..... | 90 |
| 5. Conclusão..... | 91 |
| 6 . B i b l i o g r a f i a | 94 |
| 7. Fontes..... | 99 |

Introdução

O ano de 1964 foi marcante para a vida política e para a História republicana do Brasil. Os últimos anos e acontecimentos mostravam uma incrível efervescência política, demonstrações de carinho e de desgosto para com o governo eram constantes. O cenário político era completamente imprevisível, poucos sabiam o que aconteceria com o governo de Jango.

Desde a inesperada renúncia de Jânio Quadros da presidência da república, o que se sucedeu foi uma sequência de crises e problemas que o governo tinha que superar para continuar de pé. O sucessor imediato, João Goulart, ou como era conhecido Jango, então vice-presidente da república, era considerado herdeiro político de Vargas por uns e comunista por outros. A oposição com relação a sua pessoa era enorme, a verdade era que tinha maiores ligações com a esquerda, porém, o comentário de que era um agente comunista realizando os interesses da União Soviética já eram exagerados.

Para que se pudesse tomar posse foi implantado no Brasil o regime parlamentarista de governo, o que tirava a maioria do poder e influência política do poder executivo. Com o tempo e manobras políticas Jango, junto com os políticos que o apoiavam, fizeram um plebiscito que fazia voltar o regime presidencialista e o poder ao presidente da república. Já neste momento uma grande onda de oposição estava formada contra a pessoa de Jango, desde a

oposição dentro do congresso até as ruas onde passeatas evocando os bons costumes eram feitas contra o iminente perigo comunista que se aproximava. Enfim, toda uma campanha ideológica era travada no Brasil.¹

Aliado ao contexto internacional da guerra fria, que colaborava com o medo que era propagado nas ruas, o governo de Jango foi deposto, acontecia o golpe militar de 1964, que desencadearia a ditadura militar. Ditadura esta que duraria por 21 anos e que teria cinco generais presidentes a sua frente.

Porém, com a tomada do poder começam a surgir questões sobre como procederia os militares no poder. Até então, muitas intervenções militares tinham sido feitas, mas nenhuma havia colocado um general para governar. Como atuaria um militar à frente do governo? Que medidas tomaria? Mudaria a estrutura estatal vigente da época? O presente estudo se preocupa justamente em analisar o modo como os militares governaram o país durante a primeira parte da ditadura, de 1964 até 1974. E propondo a hipótese de que por serem militares e terem com isso um conjunto de práticas, costumes e tradições próprios, talvez isto venha a influenciar o modo de fazer política e a conduta da sociedade por parte dos militares.

Portanto, o projeto: o militarismo como projeto de Estado, propõem que o Estado que foi implantado a partir de 1964 condiz em muito com o fato dos militares serem os governantes, a classe dirigente do governo. Os costumes do

grupo social e suas práticas cotidianas seriam levados para o cargo executivo e para todos os outros que norteariam o governo militar que se iniciava.

A fonte primária utilizada para a compreensão maior dos projetos que os militares tinham e dos que foram implantados foi o manual da Escola Superior de Guerra. A ESG, como era conhecida, se tornou com o tempo um instituto que era a representante do pensamento militar, o órgão representante da ideologia do exército. Sendo assim, o estudo dos manuais editados por este instituto é extremamente importante para a compreensão do período.

O seguinte trabalho, então, se dividirá em três capítulos de forma a atingir os objetivos acima propostos:

O primeiro capítulo diz respeito ao caso específico da sociedade brasileira. Neste ponto analisamos como as Forças Armadas passaram a ganhar força política dentro da sociedade. Este fato se apóia na intensa divisão da política no Brasil, ou seja, como os órgãos representativos não desempenhavam bem o seu papel, há uma grande extensão do que venha a ser político, com isso tudo e todos passam a ter força política. O Estado e outras instituições não conseguem manter somente em si a força política da sociedade, por esse motivo outras forças, tal como o exército, ganham em prestígio e força, sendo verdadeiros divisores de água do processo político. Passamos a descrever a sociedade política brasileira a partir de 1954, quando ocorre a morte de Getúlio, de modo a aplicar a teoria

proposta. O teórico que dá maior embasamento e consistência a este capítulo é Samuel P. Huntington, com o texto pretorianismo e decadência política.

O segundo capítulo já trata do modo como os militares passaram a estruturar o Estado, as novas medidas políticas, mudanças administrativas, as novas formas de governar, o aumento dos setores tecnocratas e a criação de formas de legitimação. Passamos, então, a descrever como foi moldado o Estado militar, em que estruturas passou a ser assentado. Para proceder com esta descrição e análise do estado militar foi utilizado, principalmente, os textos do livro *Autoritarismo e democratização* de Fernando H. Cardoso.

O terceiro e último capítulo diz respeito ao modo como um determinado grupo social reagiria caso chegasse ao poder, isto devido às práticas e simbologias próprias que poderiam vir a influenciar o modo de governar deste grupo em questão. Sendo assim, a discussão gira em torno de práticas sociais de determinados grupos, neste caso os militares, e como seria seu governo segundo estas práticas, para realizar esta empreita usamos da teoria de Simmel sobre individualidade, interação e tipo social. Além deste ponto, também levamos em consideração a teoria de Gramsci sobre os intelectuais orgânicos, de modo a analisarmos também a ESG como um reduto de onde saíram e estavam vinculados alguns dos intelectuais orgânicos do grupo militar.

Sendo assim, pretendemos com este presente trabalho de monografia demonstrar que apesar do Estado ser um reflexo das classes que o compõem e

suas medidas refletirem este tipo de situação, quando se trata de um grupo social mais fechado e que tenha algumas tradições e costumes específicos isto pode vir a influenciar o modo de governar e de algumas medidas a serem tomadas. Aliado a este fato, como se tratou de um golpe e consequente ditadura, se tornava mais fácil à imposição do modo de conduta dos militares. Portanto, estamos propondo o militarismo como projeto de Estado.

Capítulo I

Questões com relação aos aspectos da sociedade brasileira e sua implicação nos processos de constituição das instituições políticas.

A proclamação da República no Brasil data do ano de 1889, a partir deste momento, mentes embebidas de ideologias que pregavam maiores igualdades e melhores situações de modo geral, estavam entusiasmadas, principalmente, pela introdução de processos democráticos na escolha de representantes e na constituição, portanto, de instituições políticas mais fortes e realmente representativas. Mas, tais mentes, além de entusiasmadas se mostraram um tanto quanto inocentes e pueris ao pensarem que a democracia e a República brasileira já nasceriam desenvolvidas e que os processos que fossem introduzidos por ela (eleições para os diversos cargos, por exemplo), aconteceriam como a de uma sociedade onde há muito tempo já se praticava este sistema político. Com isso, o que se viu foram processos eleitorais fraudulentos, governos todos direcionados em favor de pequenas parcelas populacionais, vários golpes políticos e grandes períodos de exceção. Portanto, o processo político brasileiro guardou e desenvolveu peculiaridades próprias, a descrença nas instituições e nos próprios políticos e a eterna esperança de um grande movimento, que não só governasse o Brasil de forma decente, mas antes de tudo também fosse moralizador, fizeram

com que a população em certo grau perdesse a confiança em todo os procedimentos políticos e a tomou susceptível a ação de vários grupos e pessoas com tendências "messiânicas". Com esta breve e despretensiosa introdução sobre a sociedade brasileira e sua ligação com a política pretendo mostrar o modo como os militares vieram a tomar o poder (golpe de 1964) e, como forma central, a constituição do que pretendo chamar de Estado Militar, ou seja, de que forma os militares passaram a governar o Brasil e segundo que tipo de orientações.

Porém, os problemas de representação e conseqüentemente os problemas institucionais brasileiros não param por aí, o que foi exposto acima demonstra apenas parte do problema político que o Brasil possui, pois devido as suas grandes proporções geográficas e a heterogeneidade das diferentes regiões e os povos que nelas habitam, surge um novo problema que deve ser tratado, a diversidade brasileira em seus mais variados aspectos, econômicos, regionais, culturais e sociais.

"A unidade linguística, a hegemonia do catolicismo e a recusa ideológica em reconhecer nossas diversidades e desigualdades raciais têm obscurecido o fato de que a sociedade é plural, movidas por clivagens subjacentes pronunciadas e que não se resumem apenas à dimensão das classes sociais, têm importantes componentes sócio-culàirais e regionais".

O que se pode constatar, portanto, é que não existem simplesmente grupos antagônicos que estão em eterna disputa mas que existem também grupos diferentes mas que não necessariamente se encontravam em embates. Esta diferença, na verdade, diz respeito aos costumes, tradições, aspectos regionais e não somente a aspectos econômicos, o que se têm são, não classes, mas grupos sociais distintos imersos num mesmo processo social, diferentes entre si, mas não a ponto de digladiarem até que um seja soberano. Com esta observação podemos constatar que existe entre estes diferentes grupos, anseios e expectativas também diferentes. E que em muitas das vezes não são correspondidas pelos órgãos representativos que estão à disposição de toda esta população. Vale dizer, então, que o Estado e suas instâncias representativas e de atendimento a estas demandas ou não existem ou são deficitárias, pois não conseguem suprir ou responder a todos estes anseios.

"Há um claro pluralismo de valores, através do qual diferentes grupos associam expectativas e valorações diversas às instituições, produzindo avaliações acentuadamente distinta acerca da eficácia e da legitimidade dos instrumentos de representação e participação típicos das democracias liberais".'

Deste modo o próprio Estado e suas estruturas têm que se adaptar a estas demandas ou sofrer as consequências advindas desta falta. Consequências estas

que podem ser a falta de legitimidade e com isso descrédito tanto do sistema político quanto das próprias instituições que a exercem.

"Mas o dilema institucional brasileiro defini-se pela necessidade de se encontrar um ordenamento institucional suficientemente eficiente para agregar e processar as pressões derivadas desse quadro heterogêneo, adquirindo assim bases mais sólidas para sua legitimidade"⁵

Sendo assim, o quadro institucional brasileiro tem uma grande chance de incorrer da falta de legitimidade, pois tem uma História Republicana conturbada e uma sociedade que pode ser tida como no mínimo complexa e extremamente heterogênea o que leva as instituições à não desempenharem seu papel, que é o de serem representativas desta sociedade, ou seja, as instituições não têm o perfil da sociedade que elas representam. A própria sociedade não se sente contemplada com o papel que elas exercem, não há uma ligação entre instituições políticas e sociedade, decorrendo daí a mais completa falta de legitimidade, pois não existe a identificação sociedade com os órgãos representativos. Vale lembrar, que talvez esta heterogeneidade da sociedade tenha atingido os próprios círculos políticos, o que nos leva a crer que o problema não era da falta de representatividade, mas sim do excesso dela, o que acaba levando a um problema de legitimidade junto à população como dito anteriormente, pois, neste caso, não haveria um consenso.

Uma vez tendo em vista todos os problemas que a política brasileira no período republicano apresentou podemos constatar que há uma incrível

fragilidade das instituições políticas e representativas do Brasil, mas qual seria a principal consequência desta fragilidade, e descaracterização dos órgãos representativos? O principal ponto a ser explorado e que deve ser notado vai ser o que esta população entende por política ou o que vem ser política para esta sociedade. A falta de um órgão que canalize todo o poder político e, que seja visto pela população como o órgão máximo da política em sua sociedade leva a um processo que pode culminar num imenso caos político, ou seja, não um uma força motriz ou um condutor, em melhores palavras, não há uma via de escape para o processo político, simplesmente não se sabe a quem recorrer e se alguém ou alguma coisa tem realmente a capacidade ou poder político de atuar e se fazer prestativo. Há, notavelmente, uma imensa divisão de poder político, a fragmentação política leva ao entendimento geral de que tudo e todos são política, e isto não é um simples problema de grupo ou apenas uma mera fase na qual a sociedade está passando, trata-se de um problema estrutural das sociedade, as quais Huntington convencionou chamar de politicamente subdesenvolvidas, pois dentro desta sociedade há uma politização geral das forças e instituições sociais e a própria heterogeneidade da sociedade. "A ausência de instituições políticas efetivas numa sociedade pretoriana significa que o poder é fragmentado: manifesta-se de muitas formas e em pequenas quantidades".

Outro motivo desta imensa politização é a questão da legitimidade que o Estado deve possuir e que simplesmente se encontra ausente já que devido à

heterogeneidade da população e questões de ordem estrutural que já foram apresentadas, a própria legitimidade se encontra fragmentada. Mas como manter tal legitimidade e sob que processos que ela poderia ser mantida? Neste ponto toda uma reforma e apreensão do estudo das formas de legitimidade poderiam ser evocadas. São várias as formas de se obter a tal legitimidade, o voto direto para os cargos representativos, em que muita controvérsia é posta em questão devido à extensão deste voto, ou seja, idade, escolaridade e em certos períodos até a própria condição social da pessoa foi necessária, além do problema de que cargos serem escolhidos pelo voto, desde o presidente, ou apenas lideranças regionais, a própria questão da extensão do poder de voto pode ser considerada uma política que visa ganhar mais legitimidade ao Estado. Outro ponto que deve ser discutido e que é muito importante para a estabilidade Estatal, é com relação aos aspectos econômicos que regem a Nação, pois de acordo com o rendimento econômico e com suas imensas variáveis e dependências, tal como a inflação, a oferta de emprego, a valorização do papel moeda, tudo isto dá um poder de legitimação imenso ao Estado, na verdade, se não for o maior poder, basta lembrar que em várias sociedades e em várias situações, se o procedimento político com relação à economia estivesse bem, tudo estaria bem. "O caráter auto-affirmativo do poder mostra-se lá onde mais se apresenta como processo natural: na economia. O mercado é, e nesse ser natural, aparece isento de legitimação, do mesmo modo que ninguém questionaria a legitimidade da natureza."⁶ Podemos citar também o

autoritarismo ou não do Estado, o quão as políticas sociais atingem a população e o próprio discurso hegemônico em que o Estado se baseia. Portanto, frente à população, ao invés dos órgãos representativos, outras associações e instituições ganham legitimidade e poder político devido às ações que desempenham no lugar do Estado e com isso tiram o poder político do Estado e suas prerrogativas. Um exemplo claro disto, seria o poder político que os antigos coronéis possuíam (em algumas regiões brasileiras o sistema de coronelismo continua até hoje), onde o grande centro político das suas posses era ele próprio, e por parte da população pouco se sabia sobre o Estado e suas atribuições. Com isso podemos concluir que, devido às estruturas sociais e processos históricos o que se configurou foi um imenso caos político, onde os órgãos representativos perdiam seu poder político e se configurava uma sociedade extremamente politizada, onde tudo e todos eram imbuídos de política, o poder era esfacelado.

Uma vez caracterizada de forma geral o tipo de sociedade em que este tipo de situação acontece, poderíamos suscitar a seguinte dúvida, já que as instituições representativas não conseguem cumprir seu papel e a sociedade também não garante a legitimidade necessária para a continuidade deste sistema, quais os grupos, situações e pessoas que possam, não se aproveitar, mas tomar frente e ter posição de destaque neste caos político que se configura?

Neste ponto, vale citar alguns aspectos históricos, característicos da sociedade brasileira. Um destes aspectos é o crescimento e desenvolvimento da

classe média no Brasil . Desde a implantação da República no Brasil, um dos setores que mais cresce na sociedade brasileira é o da classe média, ou seja, médicos, professores, profissionais liberais, militares e várias outras categorias, sendo a grande maioria delas ligadas ao ambiente urbano, o próprio fato do crescimento das cidades já demonstra o crescimento tanto em número quanto em importância destas pessoas. O crescimento desta classe média também contribuiu para a situação de falta de legitimidade e de divisão do poder político que veio a acontecer e que já foi citado nas linhas anteriores, pois os representantes governamentais eram em sua maioria das classes mais altas da sociedade, fazendo às vezes de sua própria classe, mantendo seus privilégios. Com isso, podemos alegar que deste poder político que estava dividido entre a sociedade, boa parte dele se concentrava na crescente classe média e em seus órgãos representativos (associações de categorias profissionais, por exemplo). E dentro desta grande massa de pessoas que poderiam ser caracterizadas como classe média, existe uma categoria que por vários motivos podem ser considerados como privilegiados no tocante ao político e ao seu poder na sociedade, os militares. Devido a sua estrutura extremamente rígida e seus modelos de conduta, era o setor da classe média e talvez de toda a sociedade, mais organizado e coeso, portanto, com capacidade de atuação política mais eficaz. Poderia ser dito em contra partida que as forças armadas não são órgãos políticos e sim de serviço ao país, porém como os órgãos representantes não cumprem seu papel com exatidão, as forças armadas

passam a ter um forte caráter político. Neste ponto, vale lembrar também que os militares em vários momentos históricos foram uma das categorias mais modernizantes da sociedade, um exemplo disto seria o fato de ter sido o primeiro aparato a levar em conta a capacidade pessoal de cada um ao invés de seus parentescos e posição social, o que o autor Célio de Castro chamou de meritocracia⁸. Isto mostra que os militares passam a ter uma certa autonomia dentro do aparato estatal, além de serem uma categoria com maior capacidade de aproveitar ao máximo todas as suas potencialidades e recursos.

"A participação de militares ou de grupos militares como coletividades na política só se verifica com a diferenciação do corpo de oficiais como uma instituição semi-autônoma que acompanha a ascensão da classe média.

Seguindo esta linha de raciocínio, é interessante notar que as constantes intervenções militares que aconteceram na sociedade brasileira, muitas das vezes não foram fruto de decisões individuais ou, simplesmente, movimentos maquiavélicos, onde tudo foi meticulosamente arquitetado e efetuado. As movimentações, golpes, influência política e outras intervenções militares, são, em parte, consequência da própria estrutura e desenvolvimento histórico social desta sociedade.

"O fato é que as intervenções militares são apenas uma manifestação específica de um fenômeno mais amplo nas sociedades sub-desenvolvidas: a politização geral das forças e instituições sociais. "¹⁰

Poderia se dizer que estes tipos de intervenções militares fazem parte do processo de desenvolvimento político destas sociedades, a presença do soldado como fator de modernização político institucional parece ser algo inevitável por este tipo de sociedade. Com isso, o poder militar se expande, e toma proporções grandiosas, pelo fato de terem ao seu favor poder político e a força bélica, seria uma união quase infalível de obtenção de legitimidade por certa parte da população e a capacidade de repreensão e coação por meios físicos por parte de outra. "As intervenções militares aparentemente constituem uma parte inseparável da modernização política, qualquer que seja o continente ou o país."

As forças militares passam a ter um caráter extremamente político e capacidade de execução de seus projetos, porém os golpes realizados, em sua maioria, são elaborados e efetuados tendo parcelas da sociedade civil, isto leva o movimento a ter maior aceitação por parte da população, além de já estabelecer, de certa forma, o modo como serão elaboradas as políticas do governo caso o golpe tenha sucesso. O que pode se notar também é que o fato da sociedade ser altamente política, ou seja, com o poder desmembrado, a presença das forças armadas como instituição preponderante aliada a partes da sociedade civil, não garantem por si só o sucesso do movimento ou projeto político, tudo isto deve

estar imbuído de um discurso hegemônico capaz de mobilizar a população em prol do movimento. Este discurso consiste em criar subterfúgios para legitimarem a quebra da legalidade e a instituição do período de exceção, e deixarem bem claro que tal fato é extremamente necessário, seria a configuração do movimento como o vital e o grande salvador.

O que se caracteriza, portanto, é o discurso ideológico que tem suas bases na alocação de certos valores, ideais, bandeiras de lutas que estão desconexos da realidade vivida, mas que se aplicam e criam um clima em que são amplamente aceitos e passam a coordenar as ações tanto daqueles que estão efetuando o golpe quanto dos que simplesmente acatam. O que acontece é a criação de um imaginário que conforme foi dito por Marx, foge da práxis e do mundo material, e com isso passam a ditar suas próprias vontades e anseios colocados como se fossem anseios gerais, como se todos estivessem pedindo e clamando por aquilo que o movimento político está a trazer, mas que apenas significa que o aparato ideológico e o discurso hegemônico do movimento se encontram fortes.

"E que cada nova classe que se coloca no lugar da outra que dominou antes dela, é obrigada apenas para realizar seu propósito, a apresentar seu, propósito, a apresentar o seu interesse como o interesse comunitário de todos os membros da sociedade, ou seja, na expressão ideal: a dar as suas idéias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais e universalmente válidas"^m

Com isso, podemos concluir que a sociedade brasileira, no período em que o presente trabalho se propõe a estudar, pelo que foi exposto acima, corresponde com algumas das premissas desta teoria, onde o poder político é fragmentado, a legitimidade das instituições representativas se encontra fragilizado, as forças armadas são chamadas a todo momento para intervirem e tudo isto acaba num golpe de Estado tendo como idéia central do movimento o anticomunismo, golpe este que duraria por 21 anos. Sendo assim, partiremos agora para o estudo de como se caracterizou e a aplicabilidade desta teoria para o Brasil.

O caso brasileiro (1954-1964)

O período que antecede o golpe militar de 64 é extremamente ilustrativo sobre a divisão do poder político dentro da sociedade, a falta de identificação da população para com os órgãos representativos, a grande força que o exército tinha no cenário político e outros fatores, tal como os insucessos econômicos, que corroíam a legitimidade dos governantes da época.

Em 1954 o Brasil já se encontrava numa ferrenha crise política, devido ao repentino e surpreendente fim de um embate entre Vargas e as Forças Armadas. O exército pedia a renúncia de Vargas do cargo de presidente, isto que já se caracterizava como um grande problema político, principalmente pela presença do exército ficou ainda pior com o suicídio de Vargas, que desencadeou novos e

inesperados problemas (veja que já neste momento as forças armadas já estavam atuando de forma muito incisiva no campo político).

O próprio fato desta intensa crise política leva a algumas considerações com relação à representatividade e, portanto, legitimidade. O primeiro ponto é que com a morte de Getúlio, o governo passa a ser um governo transitório que em nada se assemelha com as opções populares, além disto o sistema de getulistas e antigetulistas se acirra e o clima de acirramento político aumenta. Note que o fato de existirem getulistas e antigetulistas é bastante exemplificador da estrutura política em que se encontrava a sociedade, pois pouco importava sobre a instituição ou quem a ocupava, mais sim sua opção com relação a Vargas, ou seja, a política se polarizava em torno da figura de Vargas, mesmo estando ele morto, as instituições eram mais fracas em termos de poder político do que Getúlio. Neste tocante podemos alegar que as instituições, apesar do desenvolvimento da sociedade, ainda não conseguiram um caráter essencial para a cristalização da sua força, que é abstração necessária para se tornar suprapessoal, ou seja, o poder do Estado ainda está extremamente ligado à pessoa ou grupo social que está no poder, a autoridade e força variam da pessoa e não da instituição, o poder, assim, está na pessoa. Enquanto que o esperado era que o poder estivesse no cargo, no estado ou na instituição, que tivesse se tornado suprapessoal, acima da pessoa que o está empunhando, o Estado deveria "emprestar" o poder político administrativo para a pessoa e não o contrário, a

pessoa com seu carisma e persuasão pessoal moldar o Estado e o modo como tudo deveria se transcorrer.

"O desaparecimento de Vargas em 1954 produziu um trauma psicológico que impediu aos constitucionalistas liberais a erradicar o sistema que eles associavam a Vargas. Havia, portanto, poucas perspectivas de que a amarga divisão entre getulistas e antigetulistas pudesse ser logo superada."¹³

Com isso, o governo transitório de Café Filho passa a ter como missão principal convocar as eleições que apontaria o próximo presidente. O previsto eram eleições para 1955 e o novo presidente assumiria em 1956. As eleições também contribuíam um pouco para o caos político que havia no Brasil, esta afirmação pode ser fundamentada em dois pontos principais: eleições pela minoria e o sistema de chapas que eram apresentadas. O primeiro ponto diz respeito ao fato que o presidente que fosse eleito tinha uma grande probabilidade de não ser o preferido pela maioria da população, devido ao fato de não haver segundo turno. Sendo assim, numa situação hipotética, um candidato poderia ter 38% dos votos, outro 35% e um terceiro 27%, o ganhador teria 38%, porém as pessoas que não o consideravam o candidato ideal para assumir o cargo seriam de 62%, ou seja, a maioria da população, gerando com isso falta de identificação e legitimidade por parte do governo, que já entra com a grande maioria sendo contra o seu governo. Os dados da eleição de 1955 atestam nossa hipótese:

Kubitschek obteve 36% dos votos, Juarez Távora 30%, Ademar de Barros 26% e Plínio Salgado 8%, portanto, o candidato eleito contava com 36% e os opositores agrupados eram de 64% . O segundo ponto diz respeito à composição da chapa e o modo como ocorriam as eleições, diferentemente dos dias de hoje não havia votos para uma chapa específica, onde já se vota em presidente e vice, nos moldes mais antigos, havia um pleito para presidente e outro pra vice, isto poderia levar a ter um presidente de um partido e conseqüentemente de uma tendência e um vice de outra tendência e partido. Isto acarretaria problemas e discussões dentro do poder entre suas figuras, pelo menos teoricamente, mais importantes. A falta de confiança entre os dois, muitas das vezes não havendo cooperação e talvez até má vontade por algumas das partes, isto obviamente leva ao descrédito e desconfiança por parte da população.

O pleito de 1955, tal como foi dito anteriormente foi vencido por Juscelino Kubitschek, porém os problemas não pararam por aí. O candidato eleito passou a ser acusado por Lacerda de receber apoio de comunistas além de levantarem a questão que devido ao fato de receber menos de 50% dos votos não poderia ser o presidente do Brasil. Com isso, houve uma grande mobilização por parte da classe política sobre os rumos do país, principalmente com relação à sucessão. Os opositores da chapa vencedora, que tinha Goulart como vice, que era considerado como o herdeiro político de Vargas, não se conformavam com a situação, a derrota nas urnas não era aceita, chegaram a cogitar um golpe e tinham a plena

noção de que era o único modo de conseguirem chegar ao poder naquele exato momento. "Na verdade, eles sabiam que Lacerda tinha razão: a única maneira de impedir a posse de Kubitschek e Goulart era um golpe militar."¹⁵

Mas o que aconteceu foi algo que não estava previsto pela UDN (partido de ordem conservadora e antigetulista) e todos os outros opositores. Realmente aconteceu uma intervenção militar, contudo era uma intervenção legalista, onde o general Lott aplicou o que ficou conhecido como "golpe preventivo", que consistiu em colocar os grupos militares que lhe era fiel de prontidão e soldados nas ruas de forma a garantir que o presidente e vice eleitos tomassem posse no dia correto conforme previa a constituição. Este episódio é bastante emblemático para mostrar a influência do exército na política brasileira, pois devido ao clima político agitado, uma intervenção militar foi necessária para que a ordem e a lei fossem cumpridas, o exército portanto estava completamente dentro do mundo político da época e tal fato era aceito e dado como normal.

Outro ponto que agrava em muito a credibilidade de um governo é o desenvolvimento e crescimento econômico, caso o país proceda bem economicamente, o que significa baixo índice de desemprego, inflação baixa e controlada e boa perspectiva futura, a aceitação deste governo já pode ser considerada como boa, independente de estar havendo uma ditadura, se o governo for de esquerda e direita. O sucesso econômico na maioria das vezes se transforma em sucesso de aprovação por parte da população. E o que acontecia

neste período era uma imensa crise econômica que envolvia alta da inflação e problemas no comércio do café, e o que é pior, sem perspectivas de melhora. Podemos concluir que a legitimidade advinda do sucesso econômico passava longe da realidade brasileira naquele momento.

O governo de Juscelino pode ser considerado como calmo, apesar de ter enfrentado certa oposição, principalmente advindo de Lacerda, o que se pode notar em seu governo foram certos atos anticomunistas e a tentativa de aproximação com as forças Armadas, o que lhe daria muito mais calma para governar. É nítido neste período que todos os presidentes tentavam ter o apoio das Forças Armadas, mostrando claramente sua influência e poder político. Com relação à economia teve problemas com a contenção da inflação, mas em certa medida, devido as grandes obras feitas em seu mandato, se destacando a construção de Brasília (vale lembrar que o slogan de seu governo era 50 anos em 5), houve a criação de novos empregos, o que acalenta um pouco a população. A oposição que não esperava o baque de ser derrotada nas últimas eleições e se encontrava um pouco fraca e desorganizada, já se preocupando com as próximas eleições ao invés de tentar atabalhoar o governo de Juscelino. O único período que politicamente pode se considerar mais trancado foi durante o período das eleições de 1960, que teve como vencedor a UDN com o candidato Jânio Quadros.

Jânio Quadros foi um político folclórico, usando de um apelo popular incrível para conquistar o eleitorado, entre vários exemplos e casos podemos citar o presidente comendo um sanduíche de mortadela em pleno palanque, tentando demonstrar ao máximo que era um candidato do povo. Além disto propunha em sua campanha o combate à corrupção, para isto usando o famoso jingle da vassourinha. Na verdade, Jânio era um político de carreira meteórica, que em pouco tempo chegou ao degrau mais alto da carreira política e, apesar de muita esperança depositada nele, tanto pela população, pois era carismático e tinha grande parte de seu eleitorado nas classes mais pobres e na classe média, quanto pelos políticos da UDN, devido ao fato de depois de vários anos com presidentes de outros partidos ou getulistas, ela tinha um presidente do seu partido. Entretanto, Jânio era uma grande incógnita para todos, pouco se sabia sobre suas ambições e planos políticos, além disto havia o problema do sistema eleitoral, conforme foi dito acima o vice poderia ser de outro partido, e foi o que aconteceu, novamente Jango era o vice-presidente da República.

A desconfiança para com Jânio se acirrou por ocasião da sua política internacional, que reatava laços com o país de Cuba, comunista, e condecorou o famoso comunista Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Isto em plena Guerra Fria era algo a se temer por parte da direita conservadora e dos militares. Tal situação não passaria despercebida por Lacerda que já começava a difamar o

presidente, principalmente junto dos militares, passando a criar assim a primeira crise política deste novo governo.

Tudo indicava que seria mais um período de crise políticas já tão costumeiras na sociedade brasileira, eternas crises estas que também criavam uma imagem ruim dos políticos e da própria política na visão da população. Mas para surpresa de todos, antes mesmo de completar um ano sequer na presidência Jânio renunciou, o que deixou atônito a todos: UDN, oposição e vários seguimentos da sociedade. O motivo desta renúncia pouco se sabe e muito se especula, problemas psicológicos, sua rápida ascensão política entre outros motivos. Mas o motivo político parecia mais forte, devido a não ter plenas condições de executar seus planos políticos, pensava que com esta atitude forçaria aos fortes e influentes políticos a chamá-lo de volta, uma das premissas seria o forte apelo popular que teria, com isso ganharia mais poderes e carta branca para executar seus planos políticos, ou seja, jogar a opinião pública contra o congresso. Mas os pensamentos de Jânio não se concretizaram, sua renúncia foi aceita pela classe política e a população não se manifestou em seu favor, na verdade nem contra, se manteve neutra.

"É evidente que Quadros superestimava então a sua popularidade como político e imaginava, que o congresso e os militares não teriam outra alternativa senão solicitar que continuasse como presidente, aceitando todo o seu programa. "16

Entre outros pontos este é mais um motivo para o descrédito por parte da sociedade com relação à política, a população, com isso, passa a apoiar qualquer movimento ou instituição que privilegie seus anseios, mesmo que seja somente no discurso. Sendo assim, podemos notar que conforme dito anteriormente, as ações políticas por parte de forças armadas fazem parte da própria estrutura da sociedade, ou seja, a sociedade dá os amparos necessários para que tais ações sejam aceitas pela população como normais além de não haver bem definidos os papéis que cada instituição deve cumprir dentro do Estado. Não quero com isso dizer que os militares eram uma instituição apolítica e que por acaso, por sorte do destino foram postos nesta situação, apenas estou dizendo que o cenário que se configurou no Brasil lhes era favorável e os outros fatores que dizem respeito ao próprio exército, tal como o sistema de hierarquia, disciplina e poder bélico, facilitam para o exército tomar este tipo de iniciativa política dentro da política brasileira.

Devido à renúncia de Jânio, quem deveria assumir o cargo de presidente era Jango, que para complicar ainda mais o já complexo momento por que passava o Brasil, estava em missão diplomática na China comunista. Com isso os rumores de que ele era comunista se acirraram, sendo assim, parte dos políticos achavam inaceitável a posse de Jango, já outros pregavam que a constituição deveria ser seguida. Alguns militares se levantavam já conclamando, o que seria o grande trunfo e legitimador de qualquer ação no seu futuro governo, a Segurança

Nacional, outras partes eram tidas como legalistas e apóiam a posse de Jango, por exemplo, a grande maioria dos oficiais sediados no Rio Grande do Sul que estavam sob comando do cunhado de Jango, o então governador Brizola. O impasse durou até que surgiu uma possibilidade de mediação: Jango assumiria desde que fosse no sistema parlamentarista. Os militares aceitaram tal decisão e assim foi feito. "A crise de sucessão demonstrou que nos momentos em que o processo civil é abalado, a opinião dos militares se torna decisiva." O que parece claro é que a posse de Jango aconteceu, principalmente graças à cisão dos militares, pois caso todos estivessem convictos de que Jango seria um perigo a nação ou qualquer outro tipo de alegação que fizessem, fatalmente ele não seria eleito, mesmo que uma medida antipopular tivesse que ser tomada.

"Jango tornou-se presidente, não em virtude da pressão da esquerda, mas, sim, graças à divisão entre os militares, combinada com ampla base da opinião do centro, ansiosa por garantir a obediência ao processo constitucional."

O sistema parlamentarista veio para apaziguar a situação política nacional. Isto é só mais uma prova da desorganização do sistema político brasileiro, pois, para evitar uma ação militar até o sistema governamental foi alterado, o que também demonstra falta de força e de crédito por parte do Estado já que ele próprio, a instituição, não tem força para se auto sustentar.

Durante o período parlamentarista, quase todo o tempo foi gasto em mudanças ministeriais, o que correspondia em mudanças de líderes de governo e na batalha de Jango para se tornar o presidente de fato com amplos poderes. Nesta conjuntura Jango conseguiu adiantar o plebiscito e com ele voltou a ser presidente de fato do Brasil

Com isso passemos a analisar a política e os seus representantes, o modo como isso afetaria o novo governo de Jango. A grande questão do momento era ver qual a capacidade administrativa e o poder político que Jango teria, porém isto passa pelo controle e apoio que ele teria dentro do congresso e de outros políticos influentes dentro do cenário nacional. Neste ponto, Jango enfrentou um grande problema, a direita era completamente contra a sua pessoa, tanto pela sua antiga ligação com Vargas quanto pelas acusações de ser comunista e, portanto, estar defendendo os interesses estrangeiros no país. Também era alvo da esquerda, que tinha Leonel Brizola como principal nome, e que achava que Jango tinha que tomar medidas mais drásticas e fortes, sendo a reforma agrária um dos pontos mais questionados por esta ala. Mas a verdade é que parte do problema vinha também do próprio sistema partidário brasileiro, onde ideologia era algo que passava longe dos políticos e partidos, era um emaranhado de pessoas e idéias, mas que não respeitavam uma diretriz central ou uma idéia que organizasse o sistema. Sendo assim, podemos descrever o sistema político vigente na época como duas alas radicais, uma de esquerda e outra de direita e um grande

número de centristas que temerosos demais de tomar uma opinião, um lado, e se comprometerem, ficavam impassíveis e atrapalhando qualquer medida que o governo tentasse implantar. Na prática, Jango era o presidente, mas não tinha força política para governar, praticamente todos os seus planos e medidas estariam fadados ao fracasso.

O resultado desta situação foi uma crise política, aliada a uma crise econômica que já tinha se herdada de outros tempos que fez com que Jango passasse a se influenciar um pouco mais pela extrema esquerda e buscasse apoio popular para realizar a sua proposta: as reformas de base. Reformas estas que atingiam vários interesses e em várias camadas da sociedade, inclusive o capital estrangeiro. O que se nota, é que a política brasileira continuava a mesma, e cada vez mais perdia legitimidade devido ao seu desleixo e preocupações mesquinhas e egoístas. O poder político era buscado muito mais por vaidade e interesses próprios do que qualquer outro motivo.

Concomitante a esta busca por mais popularidade e com isso condições de alcançar suas metas por parte do governo, um grupo composto em sua grande maioria pelo empresariado e pelas Forças Armadas começava uma verdadeira conspiração contra o atual governo de modo a preparar o cenário político para um golpe. O centro de toda esta conspiração era o recentemente criado IPES, vale lembrar que a maioria do quadro do IPES estava presente no posterior governo militar, inclusive o General Castelo Branco que seria o futuro presidente da

república. Este centro começou a organizar movimentos e campanhas de difamação, visando principalmente o anticomunismo como grande bandeira para a derrubada de Jango. Como grande movimento disseminado, podemos citar a Marcha da Família com Deus, que aconteceu em várias cidades do Brasil e era feito por donas de casa, que tinham medo do comunismo que era amplamente posto como ateu, e que simplesmente acabaria com várias células da sociedade, tal a família, o casamento e seria proibido qualquer tipo de culto. Chegaram até a impedir uma palestra que seria feita por Brizola em Belo Horizonte, e o que é mais engraçado, à base de golpes de guarda chuvas. O governo, portanto, sofria críticas diárias e cada vez mais perdia popularidade, um grupo organizado que contava com o apoio dos militares se preparavam para dar um golpe político, as camadas de classe média apoiavam uma medida da direita, o cenário estava mais do que pronto para que houvesse o golpe.

Sendo assim, o governo Goulart caiu no dia 31 de Março de 1964 (tudo indica que foi no dia 1 de Abril, porém por motivos óbvios os líderes da "revolução" adotaram o dia 31 de Março como o dia da ação). Mas toda esta descrição dos momentos antes do golpe foi para demonstrar que a sociedade brasileira se encaixava no perfil que foi tratado no início do capítulo, ou seja, Estado e órgãos representativos fracos, que, conseqüentemente, dividiam a força política entre toda a sociedade, mostrando a sociedade brasileira como muito politizada, mas no sentido de que tudo e todos podiam ser considerados como

políticos e com força para tal. O cenário se completa com a grande influência que as Forças Armadas passam a ter e a usar, seria como se elas tivessem o papel de mediadoras e sempre que a sociedade civil não conseguisse resolver seus próprios problemas eles teriam a "incumbência" de intervir. Concluindo, podemos dizer que o Brasil se encaixa no modelo proposto.

Notas

¹ Sobre o assunto ver: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Traci. Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1982.

A divisão que propomos no estudo diz respeito aos momentos políticos de instalação do regime e de abertura. Estamos cientes que no período que foi proposto estamos a incluir Castelo Branco, Costa e Silva e Médici no mesmo recorde, apesar de diferirem quanto a aspectos políticos. Mas volto reiterar, o período a ser analisado está sendo visto como momento de instalação do regime militar ditatorial.

³ *Presidencialismo de coalização: o dilema institucional brasileiro*. Pp 21

⁴ *Presidencialismo de coalização: o dilema institucional brasileiro*. Pp 06

⁵ *Presidencialismo de coalização: o dilema institucional brasileiro*. Pp 07

⁶ MAIRA, Luís; SOUZA, Hebert José de; ANDRADE, Regis de Castro; PORTANTIEIRO, Juan Carlos; BARRAZA, Ximena. *América Latina: Novas estratégias de dominação*. Petrópolis. Vozes. 1982.

⁷ Um vestígio do crescimento da classe média no Brasil durante este período pode ser visto no fato de que em 1950, 78,5% da população se encontrava no campo, ao passo que em 1980, 67,7% da população em área urbana, o que atesta o crescimento desta classe média urbana. Dados extraídos de: FARIA, Vilmar. "Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira nos últimos trinta anos". Bernardo Sorj; Maria Hernífnia Tavares de Almeida (orgs.) *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 118-163.

⁸ Para mais informações sobre o assunto, veja: CASTRO, Célio de. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro. Zahar Editora. 1995. O livro traz também um belo exemplo da incipiente força política que estava surgindo, neste caso os militares, dando a entender o porque que tal categoria estaria presente em vários processos históricos durante a República.

⁹ HUNTINGTON, Samuel. Pretorianismo e decadência política. In: a ordem política nas sociedades em mudança. São Paulo Forense Universitária. 213.

¹⁰ HUNTINGTON, Samuel. Pretorianismo e decadência política. In: A ordem política nas sociedades em mudança. São Paulo. Forense Universitária. 206

¹¹ HUNTINGTON, Samuel. Pretorianismo e decadência política. In: A ordem política nas sociedades em mudança. São Paulo. Forense Universitária. 204

¹² Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo. Centauro. 1984. pp 58

¹³ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Trad. Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982. 181.

¹⁴ Dados extraídos do livro: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Trad. Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1982. 187.

¹⁵ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Trad. Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1982. 192.

¹⁶ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Trad. Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1982. 250.

¹⁷ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Trad. Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1982.261.

¹⁸ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Trad. Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1982.262.

¹⁹ Sobre O assunto ver: STARLÍNG, Maria Murgel. *Os senhores das Gerais. Os Novos Inconfidentes e o golpe de 64*. Petrópolis. 5ª ed. Vozes. 1986. Neste livro a autora trata o modo como ocorreu a conspiração para o golpe no estado de Minas Gerais.

Capítulo II

O Estado no Brasil e a formação do Estado militar.

Corno foi discutido no capítulo anterior, o Estado brasileiro passava por uma crise de legitimidade. Além da falta de legitimidade, o governo não tinha capacidade de se manter coeso e conseguir o apoio necessário para governar. Estes tipos de problemas decorrem da falta de um discurso de hegemonia que conseguisse aglutinar o apoio necessário para gerar governabilidade.

Este tipo de discussão tem por consequência desembocar na própria questão da legitimidade, e, portanto, no modo como é criado e posto em execução um discurso de hegemonia, ou seja, a forma como os detentores do poder farão para se justificarem no poder e de acordo com suas manobras políticas e alianças junto à sociedade, se fizerem fortes e convincentes. Outros fatores também são de extrema validade para a compreensão do Estado, a forma como as suas alianças são compostas, o modo como estas alianças se fazem representar dentro de um governo, não podendo também esquecer dos setores excluídos do governo, que de alguma podem vir a cobrar sua fatia do bolo, sendo necessária uma resposta. Que tipos de instrumentos usar, violência, projetos mais ligados a aparatos ideológicos, esperar uma resposta da economia? Todos estes fatores têm que ser levados em consideração numa análise de Estado, no caso do Estado militar

brasileiro não seria diferente, com isso este segundo capítulo terá como intenção explicitar as complicadas nuances que cercaram a constituição deste Estado, junto com esta análise estaremos também mostrando como elas podem ser comprovadas com exemplos de medidas tomadas pelo próprio governo militar. Sendo assim, com este capítulo procuraremos demonstrar o modo como o Estado militar foi construído e sobre que bases ele se assentou.

A primeira grande discussão seria em torno do tipo de Estado constituído no Brasil na época dos militares, que conforme será visto, foi um Estado autoritário, porém, com algumas diferenciações e inovações. O pensamento sobre o Estado no Brasil pode ser simplificado de duas maneiras, simplificação esta que é extremamente gera! e que obviamente necessita não somente de um aprofundamento no assunto, mas até de uma revisão de suas conclusões. As teorias se dividem, basicamente, no modo de ver o papel e a composição do Estado. Uma coloca no localismo a fonte primária de poder do Estado, sendo assim, as oligarquias seriam as principais esferas de poder. Com isso, prevaleceriam os interesses regionais, a representatividade, sobre o ponto de vista do Estado e de seus governantes deveria ser exercida a favor destes grupos, uma vez que eles decidiriam a formação política do governo. Pensando sobre como seriam as disputas políticas neste modelo de avaliação, a conclusão a que chegamos é que seria oligarquias contra oligarquias, regiões e estados uns contra

os outros, ou seja, reduziríamos todo um aparato de governo a uma grande rede de micro disputas que acabaria formando a política nacional.

No outro viés temos a interpretação do Estado como uma entidade que paira sobre uma sociedade completamente desorganizada. Seria como se a sociedade clamasse por um órgão capaz de organizar os mais diversos setores, isto nas mais variadas áreas de atuação: educação, economia, política externa, saúde, enfim, as diversas áreas de atuação governamentais. A interpretação deste modelo, portanto, seria a de uma sociedade completamente desorganizada, atuando basicamente por interesses, onde o Estado seria o grande organizador, o instrumento que daria lógica a todo o processo social que estivesse acontecendo.

Neste ponto há um grave problema, o Estado acaba tendo para si uma função de proteção, seria como se o governo tivesse uma responsabilidade para com a segurança de todos e por isso mesmo ele estaria acima de qualquer outro órgão ou classe social, seria o chamado Estado de protetor ou moderador, onde ele toma as rédeas de todo desenvolvimento social. A partir deste problema outros se desenvolvem. O primeiro problema é de cunho teórico, pois este tipo de Estado apela para discursos e práticas ideológicas, somente assim este modelo poderia ser aceito, não há nenhuma teoria que justifique um Estado protetor sem utilizar a ideologia, vários são os exemplos deste tipo de conduta: livrar o país do comunismo, colocar o Brasil no seu devido lugar (neste caso entre os grandes) e até como foi utilizado na Alemanha nazista como forma de assegurar a pureza e a

superioridade da raça ariana. Outro ponto que tem que ser discutido no modelo de Estado protetor é o simples fato de sua soberba sobre a sociedade civil, ele é maior do que ela, pensando deste modo, poderíamos concluir que o Estado é algo anormal, sem rosto, nulo praticamente. Mais estranho seria pensar a oposição a este tipo de entidade toda poderosa, como alguém seria contra algo que está "inatingível" e também seria contra o que, uma vez que o Estado não se mostra como algo dotado de lideranças e grupos que o compõem?

Podemos chegar a seguinte conclusão: seria simplista demais caracterizar o Estado como um emaranhado de localismos que querem sua fatia e que simplesmente esfacelam o poder central, dividindo-o entre todos eles. Da mesma forma, a defesa de um Estado protetor seria errônea, pois somente acreditando no discurso ideológico e aceitando que a sociedade civil não faria parte deste Estado é que se pode levá-lo adiante. A própria concepção de Estado liberal no Brasil não seria adequada, pois a sociedade não haveria chegado a um estado de cidadania ideal para que houvesse seu desenvolvimento por completo, os próprios liberais eram preocupados com o que poderia acontecer, eram os primeiros a pedir intervenção quando a situação estivesse fugindo ao controle. "Liberalismo castrado, porque temeroso quase sempre da liberdade, da organização efetiva da sociedade civil e da participação". Analisando estes dados, como caracterizar o Estado no Brasil?

Pergunta de difícil resposta, pois a heterogeneidade da sociedade brasileira, aliada ao próprio modo como a política é levada no Brasil. Até o momento em que estamos tratando, o poder político era extremamente pessoal e a preocupação maior era com a próxima eleição do que com qualquer outro ponto, vai dizer que parte da ruína do modelo político anterior à ditadura militar foi por causa destes problemas apresentados. Por estes e por outros motivos trabalhar um método de análise do Estado no Brasil é extremamente complicado. Por onde começar, então?

O primeiro e mais importante tópico que tem que ser levado em consideração refere-se à sociedade, na qual o Estado evidentemente está inserido. É impossível se pensar o Estado sem antes pensar as classes que o compõem e conseqüentemente o "público alvo", deste Estado. A análise do Estado passa pelas classes que o compõe, as medidas que o próprio Estado toma, é o resultado final disto, que mostra o modo como ele regerá as políticas da sociedade em questão. Chegamos com isso também a principal falha nos modelos propostos acima, pois em um a sociedade era simplesmente desconsiderada e no outro a luta política que havia era focada entre localismo e central, não se mostrando suficiente. "Os interesses civis não se opunham aos políticos, nem os locais ao central, uns eram a continuação dos outros. Estado e sociedade entrelaçavam-se".

A análise passa, portanto, no modo como as classes que apóiam este Estado passam a geri-lo, dando com isso o seu caráter e natureza. E principalmente, o

modo como a sociedade encara o Estado. Sendo assim, a natureza do Estado se define de acordo com quem será favorecido pelas políticas adotadas. Um governo mais popular poderia procurar maior estabilidade e uma política salarial melhor, isto lógico em condições ideais, já um governo comprometido com as classes empresariais tomaria medidas para o aumento da acumulação de capital, o que faria as empresas crescerem.

"Nesse sentido, uma teoria do Estado é também uma teoria das classes, bem como uma teoria das lutas de classe e do Estado é um aspecto fundamental da teoria econômica".

Com isso, podemos afirmar que, com relação ao Estado não se faz perguntas tal como: o que é; por que; sob que circunstâncias; mas sim: para quem?

Uma vez deixando bem claro quais as classes que compõem o Estado, e conseqüentemente as políticas que serão empreendidas, deve ser feita a análise das classes que estão de fora deste Estado, já que elas também influenciarão o Estado, mas de forma diferente. Elas forçarão o governo a tomar medidas que as tornem calmas e coniventes com medidas políticas (ocultar a luta de classes), isto implica na utilização de discursos ideológicos, medidas políticas paliativas para suavizar a situação e até a força bélica. Sendo assim, para que seja feita uma análise satisfatória do Estado brasileiro pós 1964, que é nossa proposta, deve se ter em mente as bases em que ele se apóia, com isto teremos quem está dentro do

projeto do Estado e quem está fora e a partir daí poderemos caracterizar o Estado militar brasileiro.

"Portanto, a questão de base não é saber se o regime usa mais ou menos força, tem maior ou menor capacidade de propaganda e de difusão de valores, mas a quem exclui e a quem atrai com este uso e quais os recursos reais dos que são atraídos e dos que são excluídos".⁶

O primeiro passo para a caracterização do Estado brasileiro de 1964, é, então, definir quais as classes que eram componentes deste Estado. Para isso, voltaremos aos momentos que antecederam o golpe e os primeiros atos do Governo de Castelo Branco, pois com estes dados já podemos estabelecer e ter uma visão geral de quem, realmente, participou do governo militar.

Dois pontos são fundamentais para a análise da composição do governo militar, ambos estão ligados a movimentos que aconteceram antes do golpe e que vieram justamente para dar amparo e legitimidade para o golpe que viria a tona: a criação da organização IPES e dos movimentos feitos pelas senhoras de classe média junto com a Igreja (as marchas).

Primeiramente vamos analisar as Marchas, que foi um movimento bem ilustrativo, não só de parte das bases que apoiariam o governo militar, mas que já tem um caráter ideológico muito forte, pois os motivos principais para a convocação das marchas eram: combate ao comunismo, defesa da família e, principalmente, respeito aos preceitos religiosos. As principais participantes das

Marchas eram senhoras, normalmente de classe média e donas de casa. Eram imbuídas de um sentimento religioso muito forte, neste caso mais voltado para o cristianismo e exigiam alguma medida contra a incipiente ameaça comunista que estava tomando o Brasil e que acabaria com a sua religião e com a família, ou seja, o discurso anticomunista junto com uma grande participação da Igreja fez com que donas de casa saíssem à rua para protestar, algo de certa forma inédito no país. Com este breve relato já podemos caracterizar uma parte da sociedade que seria contemplada pelo governo, o chamado setor conservador, que seria formado pela classe média mais tradicional, que foi afetada pelo discurso do mau do comunismo; pelo setores mais conservadores da Igreja, que inclusive tinham medo da própria infiltração do comunismo nas suas fileiras e dos setores rurais mais antigos, ou melhor, das antigas oligarquias que prezavam principalmente pela manutenção da ordem e eram contra estes "baderneiros", também havia o fato da reforma agrária que muito os assustava. Este setor de apoio ao novo governo, do qual usei a Marcha com um movimento simbólico, é bem mais ligado com o discurso ideológico que será criado pelos militares, ou seja, o de mantimento da ordem e da Nação contra as idéias comunistas estrangeiras, do que com relação aos aspectos mais ligados a economia e medidas políticas. Isto quer dizer que a ligação destes grupos é mais fraca e seu poder de pressão sobre o governo menor, isto será visto, pois paulatinamente eles serão excluídos do governo, sendo somente contemplados nos discursos e medidas que diziam

respeito ao mantimento da ordem e respeito ao "bom e tradicional". Em resumo, pode-se dizer que este grupo, ou pelo menos boa parte dele, foi massa de manobra para o governo militar ter um respaldo de legitimidade logo no início de seu governo, momento em que mais precisaria de apoio para manter o golpe de Estado sem maiores pressões.

O segundo grupo ao contrário, não só apoiou o golpe de Estado militar, como ajudou na conspiração para que ele fosse bem sucedido. O grupo IPES era formado pelas categorias que estariam diretamente no comando do Estado a partir de então: os militares e grupos empresariais; vale dizer que a maioria destes grupos empresariais defendia a presença do capital estrangeiro no país. O grupo IPES tinha como grande apoio teórico à racionalização do Estado, de modo que a máquina estatal pudesse ser usada para o incremento de maiores possibilidades para o crescimento empresarial, dos lucros e da capacidade de investimento destes grupos, enfim, voltar a fazer com que o capital tanto nacional quanto estrangeiro tivesse uma nova fase de acumulação, já que, a economia brasileira da época estava estagnada e somente com medida impopulares é que se poderia fazê-la voltar a crescer. Porém, o IPES não estava sozinho nesta empreita, dentro do exército cresce o poder e a influência da ESG (Escola Superior de Guerra), que foi o local privilegiado da disseminação da ideologia que passaria a dominar os militares, que posteriormente seria conhecida como as diretrizes do Estado de Segurança Nacional.

"Como uma instituição, a ESG encorajou dentro das Forças Armadas normas de desenvolvimento associado e valores empresariais, ou seja, um crescimento cujo curso empresarial foi traçado por multinacionais e um Estado guiado por razões técnicas e não políticas (...) Ideologias americanas de construção nacional foram disseminados entre as forças armadas brasileiras e reforçadas pela doutrinação empresarial"/

Grande parte do aparato ideológico que foi utilizado no governo militar diz respeito a Segurança Nacional, chegou a ser tão absurdo que bastava ser utilizada a palavra Segurança Nacional que os militares tinham poderes quase absolutos. Prisões, intervenções, censura e várias outras medidas escusas foram utilizadas para o "mantimento" da Segurança Nacional. Sendo assim, o complexo IPES e ESG foi predominante em dar uma lógica ao modo como o Estado seria gerido.

Pode-se dizer que a racionalização empresarial que visava somente o desenvolvimento econômico foi que predominou durante quase toda a ditadura militar.

"De fato, o planejamento indicativo e alocativo, ou a racionalização empresarial dos recursos humanos e materiais do país (onde a nação seria o objeto, o Estado seria o agente e o bloco multinacional associado, o sujeito elíptico ou oculto), seria um dos pilares do regime pós-1964, quando o planejamento tornar-se-ia uma dimensão da racionalização dos interesses

das classes dominantes e a expressão de tais interesses como objetivos nacionais".

O regime militar, portanto, seria composto por setores empresariais, os próprios militares e algumas outros setores sociais de menor expressão dentro do Estado. Um governo, então, unindo os militares, empresários, classe média e setores tradicionais da sociedade.

A mesma análise com relação à composição do Estado pode ser feita, porém, ao contrário, ou seja, quais os setores que não foram privilegiados e que talvez tenham sido até caçados durante o regime militar. Neste ponto vale ressaltar que estudantes e professores, tendo maior ênfase os que estavam nas universidades, setores de imprensa, políticos de oposição, classes pobres e marginalizadas, setores progressistas da Igreja, sindicalistas e outras categorias consideradas como perigosas foram perseguidas diretamente ou então eram prejudicadas devido a algumas medidas tomadas pelo governo, tal como o arrocho salarial. Várias medidas políticas e posicionamentos do Estado foram visando a enfraquecer estas classes e torná-las dócil.

Mas, dentro destas classes que participaram do governo e das que forma excluídas, vale ressaltar duas categorias, que foram as principais do regime autoritário que se instaurou: os militares e o empresariado. O destaque a estas duas classes vem do fato que os empresários dariam o maior caráter nas medidas econômicas e de desenvolvimento, sendo lógico que os próprios empresários é

que sairiam ganhando com estas novas medias. O empresariado, portanto, teria supremacia sobre as outras classes que compunham o governo, além de ter grande participação em setores importantes para o desenvolvimento econômico do país. "O Estado atual garante a dominação do empresariado sobre as outras classes e assegura a reconstituição e o funcionamento dos mecanismos de acumulação".⁹

O papel que as Forças Armadas desempenhava no governo era o do setor que conseguiria manter a ordem social intacta, por isso mesmo era a dirigente do regime, e além da força para manter a ordem social era o grupo que tinha o poder simbólico em suas mãos, quero dizer com isso que o exército tinha a seu favor um aparato ideológico capaz de gerar, pelo menos no início do regime a legitimidade necessária.

"Como facção hegemônica dirigente destes grupos encontram-se as Forças Armadas. Também não vem ao caso repetir o óbvio: não se trata de caudilhismo militar, mas do controle do aparelho do Estado pela corporação armada, transformando simultaneamente em foco de poder político e de controle burocrático".¹⁰

Com isso podemos concluir, a partir das análises citadas, que houve uma tentativa de salvar o Brasil das ameaças de comunismo este tipo de discurso na pode ser descartado completamente, a direita tinha realmente um temor de uma revolução de esquerda, porém, também houve uma grande união de interesses, onde os empresários se apóiam nos militares para que seus anseios fossem

realizados. Os militares, que por sua vez, tinham condições política e social para assumir o risco de um golpe político, fazem parte da conspiração e foram os líderes do movimento, cooptando assim outros setores descontentes e temerosos com os rumos da política da época. Obviamente, os militares também ganharam a sua parte, como por exemplo a modernização do exército, um parque industrial mais avançado, um sistema de informações mais forte e amplo, que já era um antigo anseio por parte dos militares entre outras vantagens. Devido à própria predominância dos militares e do empresariado o regime militar ficou conhecido, como o governo dos tecnocratas.

O que se caracterizou no Brasil foi um governo autoritário, e para continuar uma análise mais detalhada do Estado militar no Brasil, devemos discutir as peculiaridades que envolvem o termo autoritário, que devido ao modo como se configurou o regime no Brasil deve ser revisto. O primeiro ponto a ser ressaltado é que este regime não se tratou de uma simples quebra de protocolo, ou melhor, um rápido e "corretivo" golpe pretoriano. Não foi feito simplesmente com intuito de ser rápido como era de praxe, em vários momentos da História do Brasil, ocorreram ações militares, mas foram intervenções rápidas. Neste caso a "intervenção" militar durou 21 anos! Existem trabalhos que colocam que realmente era para ser mais um golpe que os militares chamam de corretivos, "para por as coisas no lugar". Porém, o que se viu foi um robustecimento de uma corrente política dentro do próprio exército, que ficou conhecida como linha dura,

e que aplicou, segundo Huntington, o golpe dentro do golpe, que foi o acirramento da ditadura e a garantia de que ela ficaria por muito mais tempo no governo. O marco simbólico da tomada de poder por esta facção foi o AI-5, que era a prova por escrito das intenções desta linha dura.

Outra característica singular deste período de autoritarismo foi troca presidencial. Apesar da população não votar para presidente, governadores e prefeitos de grandes cidades, havia uma troca das pessoas que ocupavam estes cargos, era como se quisesse manter alguma tradição democrática, num governo ditatorial. A própria escolha para deputados e senadores era uma grande farsa, pois o Congresso poderia ser fechado a qualquer momento. Estes tipos de medidas serviam basicamente para duas questões: a legitimidade, com a troca presidencial e dos outros cargos mantinha-se uma falsa impressão de que tudo passava bem, uma normalidade disfarçada; o outro ponto diz respeito ao que ficaria conhecido como sistema, que foi um modo no qual o Estado quase que se ordenava, administrava sozinho, daí o valor das burocracias e dos técnicos, este tópico será mais discutido posteriormente.

O que não se pode esquecer de se explicitar é que o regime ditatorial militar não contava com a participação da população, e em nenhum momento houve uma tentativa de se unir, acoplar, cooptar esta massa de excluídos, o que somente se fazia era a adoção de medidas paliativas para acalmar esta população, fossem elas com uso da ideologia ou com o uso da força. Pode se dizer que neste tipo de

Estado todo o processo passa pela seguinte dicotomia: exclusão da massa dominada, com os mais variados recursos que cabem ao Estado e a retribuição material e simbólica para as classes dominantes.

"Portarão, as oportunidades históricas de uma situação política emergente dependem do modo de articulação entre violência, capacidade real de disponibilidade sobre recursos (econômicos e sociais) e imaginação política".¹¹

O autoritarismo pós-64 que foi implantado no Brasil é um tipo diferente, com isso, não quero dizer que foi mais brando ou extremamente cruel, não estou emitindo juízo de valor algum sobre aquele momento, apenas estou dizendo que foi diferente, mas continuava a ser um regime autoritário, sem participação popular.

Mas com relação à participação popular no governo, vale dizer que também não havia portas abertas para a opinião e participação das classes, mesmo aquelas que estavam na composição da conspiração e do governo, e lembrando que os deputados e senadores expressavam pouca representatividade, ou melhor, tinham alguma representatividade, mas não tinham, na verdade, força política, surge à questão de como é que se formava uma disputa política e como que as classes se articulavam para participar do governo?

Este é um ponto interessante, com esta nova formação do Estado deve-se analisar as formas que se constituíram para a participação das classes dirigentes,

isto mostra também uma nova faceta do autoritarismo, que é o modo como haverá participação política dentro do governo e como as classes, tanto dirigentes quanto as que são "dominadas", se fazem sentir no Estado nesta nova situação. Dentro deste espectro de participação política, analisando estas novas modalidades, também se poderá notar como aconteciam as disputas políticas dentro do Estado militar e modo como todo este processo acabou se desembocando no sistema, ou seja, um modo do Estado se auto gerir.

O primeiro ponto para a compreensão do Estado e suas articulações políticas, é ter em mente que o Estado passou a se articular em novos modos de dominação, onde as políticas anteriores, e, principalmente, as formas de se fazer política anteriores foram descartadas, e um novo modelo estava se reorganizando. Sendo assim, as antigas formas de pressão política foram esquecidas: o Congresso deixou de ter sua força (na verdade, o Congresso durante um bom tempo quase deixou de existir), com isso, o poder que tinham para a aprovação ou não de medidas políticas se foi, com ele também acabou o seu poder de negociação e conseqüentemente o de pleitear a cargos maiores dentro do Estado. Como dito anteriormente, que para se analisar a construção de um Estado se deve ver antes as classes em que ele se apóia, o Congresso, tanto quanto outros aparatos políticos da época anterior ao golpe militar, deixaram de existir ou perderam sua força, também as classes que mais se beneficiavam deste modelo político perderam em muito sua participação nos modos de decisão do governo.

Neste ponto, vale destacar que um dos grupos que mais foram prejudicados foram os grandes donos de latifúndio, ou melhor, o setor agrário tradicional, que como foi visto, paulatinamente perderia importância nestes novos moldes em que o Estado estava se assentando. Podemos então perceber que o Estado além de alijar alguns setores que não lhes era interessante, abria espaços para a entrada de outros, neste caso os que estavam ligados ao empresariado.

*"A ordem civil e a ordem política se reorganizaram e se entrelaçaram a partir de um novo arranjo, pelo qual os antigos instrumentos de existência política das classes dominadoras cederam o passo a formas novas (...) Não se trata do Estado absoluto destruindo os barões, mas de uma reorganização e redistribuição de poder através do entrosamento dos anéis burocráticos que fundem interesses privados e públicos"!*²

A organização passou a ser feita em anéis burocráticos, "círculos de informação e pressão (portanto, de poder) que se constituem como mecanismo para permitir a articulação entre setores do Estado (inclusive as forças armadas) e setores das classes sociais". Os grupos sociais ligados ao novo Estado que se constituía passariam a exercer sua influência através de frações dominantes de classe que se formariam através destes anéis burocráticos de poder, isto resolve parte do problema do Estado, pelo menos no que diz respeito às formas de cooptação e até de ganhar legitimidade por parte dos grupos que apoiaram. Sendo assim, o empresariado e grupos que apoiaram o golpe passam a fazer parte do

governo e, até sob certo modo, a gerir alguma parte do Estado, já que estes anéis burocráticos, faziam parte direta do governo militar.

*"O regime, embora cerrado politicamente as pressões da sociedade civil, foi suficientemente flexível para cooptar e incorporar as pressões da parte dela que representa os interesses do desenvolvimento associado, tanto no que se refere ao grande capital quanto aos setores profissionais de altas rendas que se beneficiam com o modelo vigente."*¹³

Além dos anéis de poder como forma de participação de grupos sociais no governo militar, este sistema veio a suplementar outra grande mudança, que foi uma certa descentralização dos órgãos políticos, onde poder político era delegado a outros setores da burocracia estatal, desonerando assim o governo central e dando abertura para o crescimento do setor burocrático administrativo, que viria a ser um dos símbolos deste Estado. Este ponto pode trazer algum tipo de polêmica, pois foi público e notório que o poder do presidente crescia e com isso houve uma centralização do poder. Porém, o que deve ser notado é que houve uma valorização do poder executivo em detrimento dos outros, principalmente do legislativo, ao passo que o Estado se descentralizava no sentido de cobrir com a sua administração uma maior área, era como se houvesse vários postos de governo do Estado em diferentes regiões. Buscando outros modos de análise, seria como se o Estado quisesse que o seu olhar vigilante estivesse em todas as partes. Além desta explicação, podemos dizer também que isto faria parte do

plano de governo para desonerar o aparato central, ou pelo menos, era do interesse de algum componente do governo. Contribuindo com esta idéia, basta notar que o governo criou alguns órgãos, que poderiam ser chamadas de regiões administrativas, que cobririam cada qual uma determinada região, por exemplo, a SUDENE e a SUDAM.

Mas os anéis burocráticos como forma de cooptação das classes para participarem do governo e a expansão dos aparatos administrativos geraram duas grandes consequências, uma política e a outra de cunho administrativo. Com relação à administração podemos concluir que com o crescimento das regiões administrativas crescia também a necessidade de novos postos nesta burocracia, postos estes importantes, e que seriam de fundamental importância para o bom andamento do Estado. Isto, então, mostra que o que ficou convencionado de se chamar, setor tecnocrático, passou a aumentar, tanto em número quanto em importância e ser parte integrante do governo. Sua participação era quase que puramente técnica, era um setor para manter o bom funcionamento do Estado, de forma quase que orgânica. Baseado neste ponto, podemos dizer que apesar do fortalecimento do poder executivo, ele passava a ser um poder de fato mas com uma série de "sucursais", pois verdadeiramente o Estado passava a se gerir quase que sozinho, era uma máquina. Isto passou a ser conhecido como "sistema", ou seja, o "sistema" tomava muitas das decisões do governo, daí a extrema importância dada a burocracia no regime militar, que passou a ter muita força.

"Com efeito, o poder presidencial transfigurou-se em símbolo sancionador e o Estado passou a secreiá (no sigilo das reuniões de altos funcionários) por si as decisões políticas".¹⁴

Lógico que o caracterizado sistema, agia de acordo com uma série de preceitos e interesses, onde a economia e as medidas ligadas ao aparato de coerção e informação, ou seja, o de "segurança nacional" eram preponderantes.

"No entretempo, o regime se caracterizou por uma espécie de delegação da política para a economia e, nesta, pela emergência do tecnocrata como personagem político".¹⁵

Com relação ao aspecto político, a mudança diz respeito ao modo como elas seriam tomadas, como a população se encontrava completamente afastada dos círculos de poder e o próprio Congresso perdera muito de sua força as ações e medidas tomadas pelo Estado passaram a acontecer sorrateiramente, sem o conhecimento da maioria da população, e com isso as medidas passaram a ter um caráter muito mais técnico do que político, não eram assunto para a maioria e sim para a minoria que governava o país.

"O autoritarismo burocrático se implantará, reduzindo a participação política das classes dominadas a um ritual e transformando as questões políticas básicas em questões de Estado, por isso sigilosas. Tratar-se-á, pois, de resolvê-las tecnicamente, acima das classes".¹⁶

O modelo de participação das classes que faziam parte do governo pode então ser expressa, como os anéis burocráticos e a crescente força do sistema burocrático e todas as consequências advindas deste fato. Porém, outros pontos têm de ser privilegiados, neste caso, o modo como as classes que foram excluídas deste processo se farão notar no Estado militar que se constituía. Podemos citar então dois diferentes modos em que isto acontecia, através das políticas que atingiam estas pessoas, inclusive as que dizem respeito aos aspectos ideológicos, e a própria coerção, nisto entrando no serviço de informação criado pelo governo militar.

Um dos modos dos governos autoritários, ou seja, fechados para a participação popular se legitimarem, é justamente a de implantarem maior número de políticas sociais capazes, não necessariamente de suprir as necessidades da população carente, mas de se fazerem presentes, se possível até no cotidiano das pessoas, para que estas pessoas tenham a certeza de que o Estado está presente e se preocupando com ela. Na verdade, isto é apenas um redirecionamento das políticas de arrocho do governo, para que a população se sinta contemplada, o aumento de investimento nesta área durante a ditadura foi bem expressivo. Com isso o governo buscava aumentar sua legitimidade junto à população que foi excluída do pacto formado para o governo.

"E por isso mesmo que a política social trata de implantar uma normatividade reguladora das relações sociais. O quadro institucional

criado reconhece e, bem ou mal, encaminha as reivindicações sociais e normaliza a distribuição por classes e grupos de uma grande massa de mais valia destinada à área social".^h

O outro modo de se conseguir uma maior legitimidade é aumentado o "mercado eleitoral", ou seja, fazendo o maior número de pessoas votarem, com isso elas se sentem representadas uma vez que votaram em eleger o seu candidato favorito, a ditadura usou disto. Apesar da população praticamente só votar em senadores e deputados e, mesmo assim, os eleitos quase não terem poder de representação isto pode ser considerado uma arma para a obtenção de legitimidade. Vale dizer que este tipo de processo só tem resultados mais efetivos quando as instituições de representação são mais confiáveis e efetivas, o que, com certeza não foi o caso da ditadura militar, sendo assim, talvez não tenha sido tão efetiva esta prática.

Por último, os aspectos que dizem respeito às estruturas ideológicas que amparavam o Estado, são várias as simbologias utilizadas e também os meios em que elas foram veiculadas. Para que o Estado mantenha um discurso aglutinador, capaz de convencer a população que os seus interesses são os interesses de todos, ou seja, um discurso hegemônico, ele tem que criar, ou se apropriar de uma série de símbolos que possam fazer com que esta população passe a atender as expectativas das classes dominantes, seria a retribuição simbólica. Em outras palavras, seria o modo como o Estado burguês manteria as bases de sua

sociedade, ocultando a luta de classes e transpassando uma aparente normalidade na relação entre as próprias classes, seria a reprodução dos meios de produção.

Para que isto acontecesse no regime ditatorial pós 64, os militares lançaram mão de vários recursos, podemos caracterizar dois como os mais usados e eficientes: o grande terror comunista que estaria assolando a sociedade brasileira e posteriormente o milagre econômico, com o sucesso econômico o Estado mesmo com as suas medidas coercitivas ganhava legitimidade. Os lugares para que esta simbologia fosse empregada também foram vários, tal como a escola, onde o ensino de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) foram claros aparatos para a vinculação da ideologia do Estado. Os livros didáticos foram um importante veículo, uma vez que seu uso e ensino eram obrigatórios e estavam em todas as escolas públicas do país. Outro interessante fator foi o uso de comerciais, propagandas televisivas e campanhas publicitárias como forma de criar este aparato simbólico. Neste sentido foram criadas grandes campanhas: Brasil: ame-o ou deixe-o, Brasil: ninguém segura este país entre outros. E até personagens tal como o Sugismundo. Os militares chegaram a colocar o dia do golpe, 31 de Março, como uma data cívica, buscando oficializar o fato como um divisor de águas da política brasileira. Além disto, a mais poderosa arma usada para a legitimação do Estado foi o sucesso econômico que aconteceu no final da década de 60 até meados de 70. O incrível crescimento em que o Brasil se encontrava fez com o que o país entrasse numa fase de euforia

que foi muito bem aproveitado pelo governo como forma de se legitimar, junto com o sucesso económico o Brasil também ganhava notoriedade no futebol com tri campeonato de 1970, aliando esta série de fatores os militares se mantinham no poder, apenas com a oposição de uma pequena parcela da população. Sendo assim, como em qualquer governo ditatorial o uso da ideologia foi amplamente utilizado pelos militares para se manterem no poder e isto obviamente tinha suas repercussões dentro dos centros decisórios do Estado.

Outro ponto de extrema importância para a compreensão do Estado militar é analisar os aparatos de coerção e informação criados por este Estado, que figuraram como órgãos de grande poder, eles praticamente estavam envolvidos nas maiores decisões do Estado. O maior órgão relativo à informação criado pelos militares foi o SNI, que foi idealizado e criado pelo General Golbery do Couto e Silva. A análise dos órgãos de informação e de coerção são importantes porque mostram, além de seu efeito prático, para o Estado, o modo como os próprios militares, neste caso os de pequena patente, que faziam o "serviço sujo", caíam no discurso ideológico criado e realmente não pensavam que estavam mantendo a ordem política para que o Estado pudesse crescer sem a interferência da população, e sim que estavam ajudando o Brasil a se ver livre de pessoas que queriam apenas o mal a grande nação brasileira. Junto com a ESG estes órgãos desempenhavam um papel de controle ideológico das Forças Armadas.

Um outro ponto que tem que ser destacado é a independência com que tais órgãos operavam junto à sociedade, além de espalhar o sentimento de paranóia por toda a população. O SNI tinha poderes quase que ministeriais, a verba destinada a este órgão, apenas o presidente e alguns acessores mais próximos é que sabiam o valor que era destinado a ele, e não bastasse isto, não havia um limite pré-estabelecido de gastos, o SNI teria a verba que lhe fosse necessária para "manter a ordem política e social". Estes órgãos também ajudavam o governo em qualquer mediada que ele fosse tomar, uma vez que as informações políticas, econômicas, sociais e administrativas vinham destes órgãos. Com esta simples exposição podemos notar que um dos setores de maior importância no governo eram os órgãos de informação e coerção, e este poder foi crescendo de modo que o próprio presidente e as forças armadas não tinham mais capacidade para que pudessem pará-lo. Isto quer dizer que eles criaram algo que, passado um certo tempo, simplesmente não podiam dominar. O que anteriormente ficou conhecido como o "sistema" pode em boa parte ser creditado a estes órgãos, que tinham plena capacidade de operação e liberdade para desempenhar esta operação, isto gerou um grande problema, pois se tratava, praticamente, de um pequeno Estado dentro do Estado, tanto das Forças Armadas quanto do próprio governo. A grande disputa em torno da abertura política foi justamente travada contra os oficiais ligados aos setores de informação, pois tinham um grande poder em suas

mãos e não queriam que ele fosse diminuído, o que fatalmente acabaria acontecendo em um governo civil.

Para que possamos ter uma idéia do poder e tamanho destas instituições basta constatar que a maioria dos novos oficiais que se formavam iam para os setores de informação, era o mais interessante na época, o que veio a ser outro problema, já que após a abertura não haveria espaço para todo este contingente nas funções normais do exército, gerando uma crise para que se inovasse na formação de oficiais de carreira, buscando levar estas pessoas a outras áreas de experiência.

Sendo assim podemos colocar em destaque o papel de órgãos como o SNI, CODI, DOI (na verdade, o DOI não era um órgão e sim um meio para dar maior liberdade e viabilidade de ação, fugindo um pouco do rigor burocrático das Forças Armadas, seu significado é Destacamento de Operações Internas, seria o braço armado dos órgãos de informações), OBAN, CIE, CISA, CENIMAR, dentro das forças armadas o 2º exército, entre outros tantos. Desta forma, para compreendermos o Estado militar temos que também dedicar um pouco de nossa atenção para os órgãos que diretamente estavam ligados aos movimentos de coerção.

Portanto, o que se viu neste momento da política brasileira foi uma união de forças e interesses, onde os interesses do empresariado e de classes modernizantes na volta do crescimento econômico, se juntam com o poder político e capacidade

de manter a ordem das Forças Armadas para que com isso efetuassem um golpe político e moldassem o Estado da melhor maneira possível para conseguir os seus anseios. Desta forma o Estado passa a sofrer mudanças na forma de se fazer política e no modo de se tratar à sociedade civil, sendo um autoritarismo, mas também em outros moldes, onde novas características entraram em cena. De qualquer forma a essência foi à mesma, o Estado tendo suas características de acordo com as classes que a mantém, para isto utilizando a coerção e de uma ideologia para se legitimar. Pode-se dizer, então, que o Estado militar de 64 foi uma união de setores interessados principalmente na economia e um outro mais ligado ao que eles próprios chamaram de Segurança Nacional.

Notas:

- ¹ SCHWARTZMAN, Simon. *Representação e cooptação política no Brasil*, e SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Raízes da imaginação política brasileira*. Ambos publicados em DADOS (7) 1970.
- ² SCHWARTZMAN, Simon. *Representação e cooptação política no Brasil*. e SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Raízes da imaginação política brasileira*. Ambos publicados em DADOS (7) 1970.
- ³ CARDOSO, Fernando II. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1975. 177
- ⁴ CARDOSO, Fernando II. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1975. 174.
- ⁵ SOUZA, Herbert José de. *A internacionalização do capital e o Estado na obra de autores contemporâneos*. IN: MAIRA, Luís; SOUZA, Herbert José de; ANDRADE, Régis de Castro; PORTANTIEIRO, Juan Carlos; BARRAZA, Ximena. *América Latina: Novas estratégias de dominação*. Petrópolis. Vozes. 1982. 58
- ⁶ CARDOSO, Fernando II. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1975. 194
- ⁷ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classes*. Petrópolis. Vozes. 1987. 79.
- ⁸ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classes*. Petrópolis. Vozes. 1987. 75
- ⁹ CARDOSO, Fernando H. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1975. 179. ;
- ¹⁰ CARDOSO, Fernando H. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1975. 179
- ¹¹ CARDOSO, Fernando II. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1975. 192.
- ¹² CARDOSO, Fernando H. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1975. 184.
- ¹³ CARDOSO, Fernando H. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1975. 207
- ¹⁴ CARDOSO, Fernando H. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1975. 202.
- ¹⁵ CARDOSO, Fernando II. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1975. 202.
- ¹⁶ CARDOSO, Fernando II. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1975. 186.
- ¹⁷ O Estado militar aumentou o investimento em áreas sociais de modo a aumentar a legitimidade do Estado, de sempre estar presente. ¹⁷ ANDRADE, Régis de Castro. *Política social e Normalização institucional no Brasil*. IN: MAIRA, Luís; SOUZA, Herbert José de; ANDRADE, Régis de Castro; PORTANTIEIRO, Juan Carlos; BARRAZA, Ximena. *América Latina: Novas estratégias de dominação*. Petrópolis. Vozes. 1982.
- ¹⁸ SOUZA, Herbert José de. *A internacionalização do capital e o Estado na obra de autores contemporâneos*. IN: MAIRA, Luís; SOUZA, Herbert José de; ANDRADE, Régis de Castro; PORTANTIEIRO, Juan Carlos; BARRAZA, Ximena. *América Latina: Novas estratégias de dominação*. Petrópolis. Vozes. 1982. 104
- Sobre o assunto ver: FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1997
- ²⁰ Sobre o assunto ver: STEPHAN, Alfred.

Capítulo III

Intelectuais orgânicos, classe social e construção do Estado militar no Brasil.

No último capítulo discutimos a construção do Estado militar no Brasil sob uma ótica mais política e teórica, tendo em vista as mudanças realizadas em seus mais variados aspectos. Como foi visto, as mais variadas nuances do Estado foram mudadas: a economia, a política, a segurança, principalmente, a interna, a administração, parte da educação e no próprio modo de condução das políticas estatais. Tal como foi demonstrado, para se fazer e iniciar um estudo sobre a composição, construção e políticas estatais deve-se primeiro saber quem faz parte deste Estado, ou melhor, a quem este Estado esta a serviço, a que parcelas da população civil a representação do governo se faz valer mais forte, com isso, também podemos mostrar aqueles que ficaram excluídos e as políticas que acabaram por apaziguar ou conter esta outra parte esquecida da população.

Seguindo esta orientação, chegamos à conclusão que os grandes beneficiados e participantes do golpe militar que culminou com vinte e um anos de governo ditatorial, foram as classes ligadas ao empresariado, neste ponto, tanto os do capital estrangeiro quanto o nacional. Mas, conforme foi dito, a classe dirigente, no sentido administrativo era, quase que exclusivamente a militar. Os militares eram as pessoas que indicavam o próximo presidente, ocupavam os

maiores cargos, ou então nomeavam os dirigentes que ocupariam estes cargos. Sendo assim, politicamente falando, as personalidades mais importantes e com capacidade e poder de decisão eram oficiais militares, o aspecto político do governo era levado pelos militares. Apesar da orientação das políticas estatais no sentido de privilegiar outros seguimentos sociais, os militares eram os mais atuantes e, de certa forma, eram as pessoas que coordenavam e implantavam estas políticas.

O nosso propósito neste capítulo é o de justamente estudar a construção do Estado militar sob a ótica dos militares, ou seja, o fato do governo ser levado por militares, e ser público e notório que os militares têm uma série de costumes e simbologias próprias, analisar como este conjunto de símbolos influenciou durante o governo e nas medidas implantadas pelo governo. Sendo assim, pretendemos mostrar que pelo fato do governo ser dirigido por militares isto teve repercussões e influências no modo de se fazer política e de conduzir o próprio Estado e todo o seu aparato administrativo. Além das formulações econômicas e sociais que comumente são levadas em consideração, deve-se ter em mente que por ser um grupo forte e de certa forma fechado, os militares tem uma certa "cultura própria" e que ela deve ser leva da em consideração no momento da formulação de estudos que envolvam os militares.

Porém, outros fatores para a composição do modo de governo e as práticas que serão adotadas também devem ser levados em consideração. E um destes

fatores, seria a presença de algumas pessoas ou entidade por trás de muitas das idéias que foram efetivadas durante o governo militar. Estas pessoas seriam os agentes organizadores e que dariam a estrutura política e de pensamento para o movimento político que acontecia naquele momento no Brasil, seriam, portanto, os agentes intelectuais do Estado. "Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político." Sendo assim, podemos dizer que havia pessoas que atuavam bem antes do próprio golpe ter sido feito, e que continuaram atuando durante o governo militar no sentido de dar funcionamento e credibilidade para a instituição militar, que naquele momento também representava o governo brasileiro. Com isso, queremos mostrar que os "intelectuais orgânicos" militares tiveram, também muita influência nos ramos tomados pelo governo logo após o golpe.

Como expressão das idéias que vieram a nortear o governo e as medidas tomadas por ele, iremos adotar a Escola Superior de Guerra (ESG), como o grande órgão ideológico do regime. Nossa escolha por este órgão se dá por motivos bem simples, apesar de paulatinamente durante o governo militar ele ir perdendo as suas forças, ele continuava a ser o elemento mais ilustrativo das idéias dos militares de como levar o governo e das próprias interpretações dos

militares. Com isso, queremos mostrar que, tendo como base a ESG podemos identificar as propostas e conclusões dos militares acerca do poder nacional, da segurança nacional, das políticas com relação à economia, e com relação aos próprios militares e aos aspectos sociais. A ESG, portanto, independente de sua influência e História pode ser considerada como um porta-voz das idéias militares, pelo neste momento histórico que está sendo estudado, e devido a isto usaremos seu manual como forma de melhor apreender o pensamento militar e suas nuances.

O grupo de militares que era ligado a ESG pode ser considerado como o grupo estritamente ligado a pesquisas e procedimentos científicos de como se deve ser levado o Estado e suas políticas, com isso não quero dizer que tudo o que era escrito e preconizado por eles se tornava realidade em políticas e órgãos estatais. Porém, vale dizer, que muitos de seus escritos podem ser levadas em consideração e, realmente, várias de suas pesquisas foram adotadas e tomadas como eixo para o bom andamento das políticas governamentais do período militar.

Ao dizer que as pesquisas da ESG, de certa forma, ajudavam o governo militar em sua conduta do Estado, no que diz respeito às políticas nacionais, não queremos concluir que sta era sua única função dentro do aparato governamental. Ela também contribuía, junto com outras instituições, na formação de

"intelectuais" para este Estado. Para melhor compreensão do que vem sendo dito, basta uma breve análise de aspectos teóricos junto com uma ação governamental.

Segundo Gramsci, todo homem, em sua essência é um trabalhador intelectual. Para confirmar este tipo de informação, ele se baseia no fato de que, por mais mecânico que seja o trabalho realizado por uma pessoa, este trabalho está imbuído de um certo valor intelectual, uma pequena necessidade que se faça necessária, mas haverá uma pequena carga de trabalho intelectual em todo o tipo de trabalho. Sendo assim, Gramsci desvincula, ou melhor, passa a analisar a questão do trabalho intelectual de outra maneira. O trabalho intelectual passa a ser encarado como uma função social de um determinado grupo de agentes, que seriam os agentes intelectuais da sociedade ou de uma determinada classe. "Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então, mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais."

Podemos concluir então, que além de orientador, ou órgão de expressão da ideologia militar, a ESG seria uma formadora de agentes intelectuais para o Estado, que naquele momento poderiam ser considerados, agentes intelectuais da sociedade, devido à posição política em que se encontravam. Porém, tal como a figura e o modo de se interpretar o intelectual mudou, a função deste intelectual também sofreu alterações. Ao se dizer intelectual não estamos evocando a figura romantizada de um literato ou intelectual deste tipo. O intelectual que passa a agir e que se configura nas páginas do trabalho de Gramsci diz respeito a uma pessoa

que tem como função específica no mundo do trabalho dar coerência ao que sua classe ou grupo social vem propondo para a sociedade. Seriam articuladores, pessoas que organizariam a estrutura social e lhe dariam, através de seu trabalho, embasamento e coerência.

"O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, persuasor permanente, já que não apenas orador puro - e superior todavia, ao espírito matemático abstrato, da técnica-trabalho, eleva-se à técnica-ciência e a concepção humanista histórica, sem a qual se permanece especialista e não chega a dirigente (especialista mais político) " .

A conclusão que podemos chegar é que a massa de trabalhadores "tecnocratas" que tínhamos no governo militar, além de desenvolver suas obrigações dentro do aparato do Estado também davam sua contribuição como categoria de "trabalhadores intelectuais", dando uma maior coerência de cunho ideológico para o Estado militar. Vamos deixar bem claro que isto não é uma visão maniqueísta, onde todas estas pessoas seriam organicamente treinadas para desempenhar esta função. Cada uma tinha seu grau de influência e posto bem definido dentro da estrutura estatal, e devido ao treinamento e estudo que receberam acabavam que exercendo esta função de intelectuais do Estado. Vale dizer, que algumas figuras eram realmente intelectuais orgânicos do grupo

militar, não sendo apenas imiscuídos dentro deste enorme aparato e que tinham uma influência muito mais marcante, respeitando cada qual seu período de maior influência , podemos citar: Golbery do Couto e Silva, Catello Branco, Costa e Silva, e os irmãos Geisel.

O que podemos notar, portanto, é que houve um grande crescimento desta categoria de intelectual e de sua função, não só no governo ditatorial dos militares, mas na sociedade como um todo, isto vem da decorrência da necessidade de controle e organização social que a sociedade precisa. Com isto podemos entender melhor o crescimento da burocracia dentro da ditadura militar, e seus efeitos na área social.

"No mundo moderno, a categoria dos intelectuais, assim entendida, ampliou-se de modo inaudito. Foram elaboradas pelo sistema social democrático burguês, imponentes massas de intelectuais, nem todas justificadas pelas necessidades sociais de produção, ainda que justificadas pelas necessidades políticas do grupo fundamental dominante. "

Mas como formar estes tipos de intelectuais? E como podemos caracterizá-los como intelectuais orgânicos de um determinado grupo social? Estas questões vêm de encontro com o fato de que para que se considere um intelectual como sendo de um determinado grupo social, ele deve ter características deste grupo e, de certo modo, atuar segundo estas características.

Para que possamos melhor explicar o que foi dito acima, vamos recorrer à ajuda de Simmel e sua teoria. Um dos grandes pontos de sua teoria é que a sociedade vive em constante antagonismo e este próprio antagonismo a faz se desenvolver. Porém, analisando que uma sociedade nunca vai buscar seu fim, alias, muito pelo contrário, mesmo o antagonismo como uma prática sempre presente, seu fim último é continuidade da sociedade, a união social deve sempre persistir para que a própria sociedade continue a existir.

*"Porque, se é verdade que o antagonismo jamais morre completamente, está no entanto em sua natureza ser sempre um intervalo entre dois períodos de acordo. Por definição, isso é apenas uma crise, após a qual a união social se reconstitui em consequência das próprias necessidades da vida."*⁵

Podemos concluir que a unidade social, portanto, independente das crises pelas quais ela passa, sempre permanecerá. E para que permaneça, ela deverá conter alguns símbolos e modos de conduta em que toda a população esteja incluída. Deste modo, a sociedade com suas regras e condutas sociais inerentes, tem condições de continuar. Mesmo sem entender o porque e da onde se tirou tais regras, as pessoas passam a segui-las para a maior integridade e continuidade da sociedade, tudo isto em prol da unidade social.

"A unidade social é o elemento constante que persiste idêntico a si próprio, embora as formas particulares que ela recebe em relações que ela mantém com os interesses sociais sejam infinitamente móveis. "

Analisando esta teoria de análise social construída por Simmel, que coloca a unidade social acima de tudo e que para que tal unidade exista passarão a ser formados modos de conduta próprios, passemos a tomar esta teoria para outros setores da sociedade. Vamos expandir esta teoria não só para a sociedade como um todo, mas também para grupos sociais determinados, o modo como estes grupos reagem e se forjam para que sua unidade passe ser mais concreta e com isso tenham mais coerência e coesão interna.

Para um maior entendimento do que foi dito, voltemos um pouco na teoria do autor de modo a discorrer sobre o tamanho do grupo. Para que um determinado grupo ou sociedade seja analisado, e para que se possa chegar a conclusões acerca dos símbolos e regras que regem estes grupos temos que buscar o tamanho deste grupo. Com isso, teremos condições de ver como determinados símbolos e regras atuam sobre as pessoas que pertencem aos agrupamentos.

Quando o grupo social é extremamente pequeno e quase que todas as relações se dão no nível da individualidade, em relações pessoais diretas, o principal órgão organizador e disciplinador é moralidade. Com base na moral, praticamente individual, é que as relações acontecem e a unidade social de mantém. Ao se falar de grupo social, ou seja, um agrupamento maior onde já não

é mais possível que a regulamentação social seja feita em pequenos núcleos e com base na moralidade, o grande estruturador social é o costume. Estes grupos, então, desenvolvem costumes que lhes são próprios, que além de lhes darem características específicas, também lhes dão a unidade e coesão necessárias para que continuem com o grupo social. Já com relação as grandes sociedades, onde o próprio costume já não consegue manter as rédeas da coesão deste enorme grupo, este controle passa a ser feito pelo direito, que em última estância pode resolver os problemas de ordenação social. Da mesma forma se distancia ainda mais do indivíduo, como se fosse algo a pairar sobre todos, uma força oculta.

A constatação a que chegamos é que a cada camada que a sociedade cresce, quanto maior o grupo se torna, mais e mais as práticas sociais de coerção para manter a unidade social, se distanciam do próprio indivíduo. E quanto mais se distanciam, mais abrangem e acabam por circunscrever o indivíduo, gerando com isso um grande modo de coagir o indivíduo a não transgredir as normas sociais para um suposto bem comum, que neste caso está sendo interpretado como unidade social. Vale dizer também que quanto maior o grupo e conseqüentemente, quanto maior a forma de coerção para a unidade deste grupo, mais gera ele se torna. Por exemplo, um costume é muito mais específico e diz respeito a uma caracterização social muito maior que um direito, que, enfim, é uma lei formulada não com base na vivência do grupo, mas para o bom funcionamento dele.

"Através da espiritualização do poder dominador ou através da expansão e despersonalização de toda a relação, desenvolve-se gradualmente um poder ideal objetivo acima destas superordenações e subordinações. "

Voltemos, então, ao caso de grupos específicos, porém um pouco menores, os tidos grupos de tamanho médio. Estes grupos vão ter características e culturas próprias para o mantimento da ordem interna, e vão agir segundo estas características muitas das vezes. E é interessante notar que estes costumes regulam estes grupos sociais, não somente nos escalões mais baixos, se fossemos pensar em uma hierarquia, mas em todas as estratificações que possamos identificar no grupo. E verdadeiramente uma cultura própria que estes grupos sociais têm. Portanto, além de estarem em uma camada da sociedade que também é regida pelos direitos, eles ainda respondem aos seus costumes deste grupo social menor. Sendo assim, estes costumes fazem parte de uma relação social que não é direta, e sim que se impõem para estes indivíduos.

E para que tais grupos possam continuar a existir com a suas tradições, eles passam a construir órgãos e práticas de modo a gerar este continuísmo e propagação desta cultura interna.

"Os grupos grandes criam órgãos que canalizara e servem de mediadores para a interação de seus membros e operam, dessa maneira, como veículos de uma unidade social que já não resulta mais das relações diretas entre seus elementos. "8

Corno um exemplo disto, basta pegarmos as práticas dos trotes que são executados com os recém ingressos na academia militar, e o próprio ESG. São órgãos e tradições que são feitos e existem para que os traços característicos do grupo continuem⁹.

Com isso, podemos dizer que uma força que se confronta e molda o grupo começa a surgir e agir dentro destas organizações sociais, e o principal atingido de todo este processo é o indivíduo que começa a sentir coagido e, fatalmente, passa a agir de acordo com o que o grupo e as tradições deste grupo lhe propõem.

"Tipicamente, todos estes órgãos só se desenvolvem genuína e completamente em grandes grupos, como formas abstratas de coesão grupai, cuja fornica concreta não pode mais existir (...) São a personificação das forças do grupo e têm assim caráter suprapessoa! e objetivo, que se confronta com o indivíduo".

O grupo, portanto, está sob a égide de um grupo de costumes e normas que impõem o modo de ser para os indivíduos que dele fazem parte. Conjunto de costumes estes que estão acima das pessoas e atuam como fator de coação, regulamentando a estrutura de vivência deste grupo. Portanto, para a continuidade do grupo social, o próprio grupo cria uma série de simbologias, costumes e tradições que perpetuam a "cultura" deste agrupamento e esta própria "cultura" passa a ser dominadora nas relações pessoais dentro deste grupo.

De acordo com o que foi dito, passemos a analisar tal teoria aplicada as Forças Armadas no Brasil. Instituição de grande força, que começou a despontar como politicamente muito influente, a partir da proclamação da República. Força política esta que ainda pode ser sentida nos dias de hoje. O exército se caracteriza por ser uma instituição de grande tradição e, portanto, instituição que mantém estas tradições ao longo do tempo. Podemos citar alguns dos vários costumes e tradições das Forças Armadas: hierarquia, disciplina, respeito, uma incrível preocupação com a "moral", patriotismo entre outros. Caso fossemos citar todas as tradições e diferenciações dos militares, levaríamos boa parte deste trabalho, onde ainda poderíamos destacar a distinção entre militares e paisanos (forma como os militares se referem às pessoas que não são oficiais), a simbologia e costume de cada arma, enfim, todo o mundo militar. Basta notarmos aqui que os militares se encaixam na análise teórica feita, e que portanto, tem uma série de costumes e práticas inerentes.

Analisando que os costumes são parte integrante de grupos sociais específicos e muitas das vezes estes costumes regulam as relações sociais dentro deste grupo, o que se poderia esperar quando um determinado grupo, neste caso os militares, chega ao poder? E principalmente da forma como eles chegaram ao poder, através de um golpe. O grupo em questão passaria a levar a política e conduta administrativa segundo estes preceitos que são parte integrante da formação de sua, por que não dizer, identidade.

Aliado a este fato deve-se lembrar o momento que o país vivia, ou seja, de pura incerteza, onde parte da população estava temerosa da ação de comunistas no país e outra parte se aliava às esquerdas com medo de um golpe de direita, que foi o que aconteceu. O quadro que temos, então, era o de uma sociedade dividida, mas a maioria, por uma tendência conservadora da sociedade, apoiava o golpe de direita que era dado. Uma das grandes propagandas dos golpistas era de que os militares viriam para moralizar a política do país.

Sendo assim, podemos dizer que mesmo inconscientemente, devido à formação dos militares e toda a sua vida sob a égide de certos costumes, o modo de conduta que os militares deram ao Estado e que de certa forma quiseram expandir para a sociedade, refletia alguns destes costumes. Era a proposta de um militarismo como forma de Estado.

O primeiro grande ponto de destaque na doutrina da ESG e que durante todo o governo militar foi lembrado, e que denota uma clara simbologia e, em certos momentos, obsessão por parte dos militares é a questão da segurança. A segurança, ou defesa interna e externa do país passa a ser uma bandeira, um objetivo, que foi a grande meta a ser alcançada pelos militares. " Entre esses princípios merecem destaque os que afirmam que a segurança nacional é função mais do potencial gerai da nação, do que potencial militar."

Já neste ponto se nota que a doutrina de segurança que a ESG estava a discutir e aprovar, e que muito foi usado pelos militares durante a ditadura, coloca

a participação de toda a sociedade para que ela seja bem estruturada. Espera-se que toda a população se espelhe nesta doutrina, que foi exclusivamente militar, para que suas ações frente ao Estado e os problemas pelos quais ele passava fossem resolvidos.

"A doutrina interessa o aperfeiçoamento da sociedade: é normativa. Ao passo que a teoria é neutra, a Doutrina está presa a valores, que ela deliberadamente adota."¹²

Os dirigentes militares então, passaram a esperar da sociedade apoio e em certa medida identificação com a Doutrina que era proposta, e até mudanças nesta sociedade tendendo para o que os militares esperavam ser um cidadão ideal do regime. Neste ponto o aspecto ideológico é marcante no discurso dos militares.

"Por isto, além de ser legítima, em termos de valor, e eficiente, na sua aplicação, a doutrina de ação política há de ser também nacional. Sob esta acepção de firme base histórico-cultural, só se pode falar em política nacional."¹³

A doutrina de segurança nacional que foi adotado pelos militares e que durante maior parte do governo foi utilizada, prevê, portanto, que não seja adotado apenas pelos militares, mas sim em toda a população e também em vários aspectos do governo.

"A Segurança (...) já não se contém nos limites da defesa e, por isso, extravasa do campo militar para impregnar-se de aspectos políticos, econômicos e psicossociais.

Outro aspecto que vai permear o processo de condução do Estado, inclusive no modo de tratar a sociedade e outros problemas, é a questão da guerra. Não se faz necessário fazer a ligação do grupo militar com a guerra, na teoria eles existem para manter a ordem, mesmo que isto implique em guerra. E aliado a este fato, os modos de guerra vão se modificando com o tempo, e há o acompanhamento por parte dos militares deste desenvolvimento das táticas e dos tipos de guerra.

O que vale dizer é que no momento em que ocorreu o golpe a teoria em voga com relação à guerra, era a guerra revolucionária comunista. Isto implica, segundo a teoria da ESG que tudo e todos poderiam ser inimigos e opositores da nação, nenhuma pessoa estaria a salvo de ser tachada de comunista e subversiva e pagar por isto, o que na ocasião resultaria, na melhor das hipóteses em maus tratos na prisão. Outro ponto interessante que deve ser notado nesta teoria é que esta guerra conta com a população do próprio país, não é um país estrangeiro em guerra contra outro, como no modelo clássico de guerra, e sim a própria população se revoltando. O inimigo, portanto, é interno, e todo cuidado é pouco com aqueles que foram considerados "inimigos da pátria", subversivos entre várias outras alcunhas de que foram chamados.

A principal consequência desta nova teoria de guerra e sua incorporação por parte dos militares, foi que em todas as áreas e setores da sociedade um comunista poderia estar atuando, sendo assim, conforme foi dito anteriormente, todas as áreas teriam que ter uma supervisão especial e análise por parte dos militares. Tudo era digno de desconfiança e merecia cuidados especiais.

Levando isto para o governo ditatorial que se instalou, podemos citar a criação dos órgãos de inteligência. Verdadeiros aparelhos especializados em matéria de informação e contra informação. Qualquer pessoa ou entidade que fosse considerada suspeita passaria a ser alvo destes órgãos, que além destas investigações, foram protagonistas das mais hediondas cenas da ditadura: tortura, assassinatos e outras contravenções. O órgão central de informação era o SNI, que, apesar de não ser diretamente ligado a todos os órgãos de informação, de certa forma, coordenava e organizava toda a informação que chegava a seu alcance.

O poder que estes órgãos ganharam durante o governo ditatorial foi impressionante. Sua influência junto ao comando central tanto das Forças Armadas, quanto do próprio governo era extremamente forte, muitas das medidas aprovadas pelo governo, só o eram depois da avaliação do SNI. Vale destacar também que o SNI tinha caráter ministerial sendo seu chefe o eventual "ministro das informações". A verba destinada a estas instituições era de valor X, ou seja, dispunham de grande verba e nenhum setor do governo que não o

executivo sabia exatamente quanto era destinado ao SNI e suas sucursais. Com isso, podemos concluir que a teoria de guerra e os militares no poder já começavam a mostrar um novo modo de governo que não necessariamente dizia respeito a agradar determinados grupos sociais, e sim de terem sido militares no comando do governo.

Outro ponto onde se pode ser notado a influência do fato de serem militares os governantes e nas quatro grandes áreas delimitadas por eles, ou seja, econômica, política, psicossocial e militar.

Com relação à área política, os militares discorrem sobre que moldes ideológicos e representativos o Estado deve se assentar. O primeiro ponto a ser ressaltado por eles, já no início do manual fala sobre o monopólio do poder de coerção.

"É esta a ação política por excelência e implica que se estabeleça para o Estado, como entidade política soberana, o monopólio da coerção, isto é, da faculdade de impor, inclusive pelo emprego da força, normas de conduta que todos devem obediência, dentro dos parâmetros estabelecidos pela nacionalidade."¹⁶

Neste ponto o que deve ser ressaltado, não é a afirmação de que cabe ao Estado o monopólio da coerção física, e sim sob que bases e visando a que fins. Com isso, queremos ressaltar que o Estado militar usava da força para manter uma conduta que fosse considerada ideal para os militares e visando não o

respeito às leis, mas sim os parâmetros ditados pela nacionalidade. Neste ponto, é que se pode notar as características militares do governo, pois, a nacionalidade e a moral implícita nesta nacionalidade foi estabelecida pelos militares, é a moral militar que está sendo usada.

Um exemplo claro é quando expressam como deve ser a relação entre o governo e a população.

"Assim, nas democracias representativas, a relação comando-obediência se estabelece mediante um processo de interação, com fluxos ascendentes e descendentes."

A relação que era pregada era de comando-obediência, voltando para o fato de que as principais características militares eram a disciplina e hierarquia, já se previa que o contato da população com o governo seria o mesmo de empregados e patrões, ou seja, de submissão.

A questão da ordem também era amplamente divulgada como um grande bem que deve ser mantido, para isto os militares usavam os ser e dever ser, em outras palavras, o modo como a sociedade estava e como seria o ideal. "Uma sociedade será tanto mais estável quanto maior for a adequação entre estes dois aspectos da ordem."

Mas como tudo o que foi dito acima se mostra no Estado e nas medidas adotadas por ele. A violência com que se reprimia qualquer manifestação contrária ao regime, já denota a "ordem ideal" com que os militares gostariam de

trabalhar e o verdadeiro Estado beligerante que se instalava no país, o tratamento em muitos dos casos era de uma verdadeira guerra. O clima de tensão em que o país se encontrava e a paranóia gerada pelos órgãos de informação contribuía para este clima de puro acirramento entre as forças armadas e os opositores.

Os crimes considerados políticos, ou que iam de feriam a segurança nacional interna, não mais seriam julgados pela justiça comum e sim por tribunais militares, onde o rigor e as penas seriam muito maiores. Tal como no exército, onde um oficial tem maiores poderes de acordo com sua função e patente, o Estado brasileiro passou a ser organizado assim, portanto, o poder executivo, cada vez acumulava mais poder.

Também ocorreu o que Maria Helena Alves convencionou chamar de operação pente fino, que consistia em retirar de determinadas áreas os considerados opositores. No âmbito político, foram cassados os mandatos de vários deputados e senadores e a cassação dos direitos políticos de tantas outras pessoas.

No tocante aos aspectos econômicos, a segurança nacional previa que a economia também atuasse como forma de segurança, isto pode ser facilmente constatado pelo fato de que a aprovação de um governo depende em muito do seu desempenho econômico. Portanto, um bom governo economicamente, para a maioria da população pode significar um bom governo de forma geral, sendo ele democrático ou ditatorial. Neste ponto também vale ressaltar que as mediadas

econômicas da ditadura militar eram muito mais destinados às necessidades expressas pelos empresários que apóiam o golpe do que propriamente dos militares.

*"Os elementos econômicos, com seu caráter marcadamente ambivalente, servem tanto a política de segurança como a de desenvolvimento, o que vale dizer que contribuem não só para propiciar aos indivíduos e a coletividade padrões crescentes de conforto e prosperidade, como também para garantir a realização desses propósitos contra quaisquer ameaças à sua realização ou salvaguarda."*¹⁹

O milagre econômico foi o grande divisor de águas dentro do governo militar, foi um marco que durante muito tempo foi o legitimador do governo. Após o milagre econômico e com a crise do petróleo, o governo começou a cair economicamente e o que fez voltar às críticas e a segunda leva de movimentos de oposição.

Os aspectos psicossociais são os mais ilustrativos do fator espírito militar dentro do governo. E neste ponto que foi feita a discussão sobre questões acerca da moral e dos papéis que escolas, sindicatos, religiões outras instâncias da sociedade teriam em manter esta moral.

"A moral nacional é um estado de espírito coletivo, num determinado momento, alicerçado nos valores de uma nação, e se traduz no grau de

determinação com que ele persegue seus objetivos, a despeito de óbices de qualquer natureza."²⁰

Os militares deixam claro que o caráter nacional e a moral necessária para se constituir este moral, só pode ser atingido com muito esforço de todos e através das instituições sociais mais importantes.

A escola foi posta como um grande local onde se forma o cidadão e principalmente, transmitir cultura e seus valores. E conforme pode ser visto em vários estudos, a escola pode ser considerado como um grande palco das lutas entre classes, ou seja, pode ser utilizada pela classe dominante para que sua ideologia e modo de viver sejam passados e absorvidos por todos. O governo militar soube aproveitar muito bem este espaço lançando as disciplinas de Educação Moral e Cívica e OSPB, onde os valores que eram pregados e cultuados pelos militares figuravam nas páginas dos livros didáticos, podendo ser considerado como um grande trabalho ideológico feito pelo governo militar.

A comunicação social também foi utilizada para o trabalho ideológico, ao passo que o governo vinculava várias propagandas televisas e campanhas publicitárias que visavam o aumento da confiança da população no governo e divulgação dos sucessos e projetos governamentais. Slogans como, Brasil, ame-o ou deixe-o, e Este é um país que vai para frente foram utilizados; e grandes campanhas, tal como a do personagem Sugismundo que ganharam muita

notoriedade. A importância destas campanhas e destes trabalhos foi tão grande que o setor de relações públicas quase ganhou caráter de ministério.

A religião também foi utilizada pelo Estado, principalmente a católica. Através de seu apoio colocou a Igreja católica como grande símbolo moral e ético a ser seguido e também foi através da Igreja que as Marchas saíram às ruas para protestar contra a incipiente ameaça comunista que assolava o país. Sendo assim, a Igreja também foi um grande aparo utilizado pelos militares e que foi lembrada nos manuais da ESG.

"Do ponto de vista psicossocial, o desempenho da ética e da religião patenteia a sociedade aforça de coesão espiritual de ambas, no permanente empenho de valorizar o homem, ao indicar-lhe um roteiro superior para seus atos e, assim, atraí-lo continuamente para valores transcendentales."

Outros órgãos também foram citados tal como os sindicatos, que foram completamente desmantelados e novas estruturas propostas. A imprensa que sofreu uma dura censura e praticamente foi anulada pelo governo ditatorial. Enfim, uma série de instituições e órgãos sociais foram utilizados, segundo os moldes militares, para que o governo tivesse um melhor desempenho e maior legitimidade e aceitação por parte da população.

O último ponto a ser destacado é a expressão militar do poder nacional. Neste ponto houve praticamente uma justificativa por parte dos militares para o

modo como eles estavam a governar. Dizendo alguns dos preceitos que regem a instituições e reafirmando seu papel na sociedade.

"A expressão militar do poder nacional tem suas raízes na força e, quando não chega a empregá-la, com ela ameaça, pela possibilidade constante de fazê-la presente. Manifesta-se, portanto, pela coação ou pela dissuasão. "

Isto explica em muito a violência que foi amplamente utilizada pelo estado e o seu uso político, que era o de expurgar qualquer tipo de oposição.

Os militares, então, encaravam o seu golpe como uma missão indispensável à pátria e que faltar com ajuda naquele momento e, principalmente, pela situação em que a sociedade passava seria interpretado como traição a nação.

*"Quando aplicada à expressão militar do poder nacional, o moral militar se faz sentir no espírito de sacrifício, na firmeza de ânimo e na determinação de cumprir a missão recebida. "*²⁵

Concluindo, o que se pode notar foi que o fato de ser militar e, com isso, possuir uma série de simbologias e relações sociais pautadas sobre um conjunto de ética já previsto, passou a vigorar no Estado e no modo de governar dos militares. A impressão que se passa inclusive é que havia uma vontade de que toda a sociedade passasse a agir e pensar da forma como um militar, que fosse criado um cidadão ideal para o Estado beligerante e "patriótico" que se formava.

Notas:

¹ GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1989. pp 07.

² GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1989. pp 08.

³ A ditadura militar no Brasil, além de outros tipos de divisão, pode ser separada em momentos em que os mais radicais, a linha dura neste caso, dominavam e por outro lado quando os tidos intelectuais tinham maior influência. Sendo assim, nos exemplos acima citados cada nome teve maior poder de influência quando sua respectiva linha política estava no poder.

⁴ GRAMSCI, Antônio. *Gs intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1989. pp 12.

⁵ MORAES FILHO, Evaristo (org.). *Simmel, grandes cientistas sociais*. Trad. Carlos Alberto Pavanelli. São Paulo. Ática. 1983. pp 57.

⁶ MORAES FILHO, Evaristo (org.). *Simmel, grandes cientistas sociais*. Trad. Carlos Alberto Pavanelli. São Paulo. Ática. 1983. pp 57.

⁷ MORAES FILHO, Evaristo (org.). *Simmel, grandes cientistas sociais*. Trad. Carlos Alberto Pavanelli. São Paulo. Ática. 1983. pp 115.

⁸ MORAES FILHO, Evaristo (org.). *Simmel, grandes cientistas sociais*. Trad. Carlos Alberto Pavanelli. São Paulo. Ática. 1983. pp 98.

⁹ Sobre o assunto ver: CASTRO, Celso. *O espírito militar. Um estudo de antropologia social na academia militar de Agulhas Negras*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar editor. 1990.

¹⁰ MORAES FILHO, Evaristo (org.). *Simmel, grandes cientistas sociais*. Trad. Carlos Alberto Pavanelli. São Paulo. Ática. 1983. pp 99.

¹¹ Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro. 1979. pp 13.

¹² Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro. 1979. pp 17.

¹³ Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro. 1979. pp 18.

¹⁴ Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro. 1979. pp 14.

¹⁵ Para maiores informações sobre as teorias de guerra preconizadas pelo ESG ver: Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro. 1979. pp 205.

¹⁶ Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro. 1979. pp 101.

¹⁷ Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro. 1979. pp 104.

¹⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasa (1964-1984)* Trad. Clóvis Marques. Petrópolis. Vozes. 1984.

¹⁹ Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro. 1979. pp 139.

²⁰ Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro. 1979. pp 150.

²¹ ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro. 3ª ed. Graal. 1987.

²² Patamais informações sobre o assunto ver: **FICO, Carlos**. *Reinventando o oûmismo. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1997.

²³ Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro. 1979. pp 152.

²⁴ Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro. 1979. pp 165.

²⁵ Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro. 1979. pp 173

Conclusão

O golpe militar de 1964 trouxe à tona uma série de problemas e características da sociedade brasileira com relação à política. Ele veio a demonstrar a fragilidade com que os órgãos representativos que atuavam no Brasil se encontravam e também como o regime presidencialista necessitava de um urgente amadurecimento.

O presente trabalho também procurou mostrar que o golpe militar não foi uma conspiração arquitetada em alguns anos e posta a rua como uma avalanche destruidora e que simplesmente cativou alguns setores da sociedade e reprimiu de forma violenta os outros. Pode-se dizer que o golpe faz parte de um processo bem mais longo onde as Forças Armadas ganhavam prestígio e força política e que só se conseguia governar caso houvesse apoio por parte dos militares.

Além disto vale lembrar que a maioria dos problemas e acontecimentos políticos que aconteceram no período republicano, inclusive a proclamação, contava com, pelo menos, a participação de uma parte dos militares. Não quero com isto descartar nem desmerecer a conjuntura política da época, ou seja, guerra fria, crise política da sucessão, problemas econômicos, entre outros, somente dizer que além destes motivos existe um histórico de intervenções militares na política que em muito esclarecem sobre a força que tais instituições tinham no Brasil e a fraqueza dos órgãos representativos. Seria como se disséssemos que

golpes políticos e conspirações fizessem parte da cultura política brasileira da época.

Com a efetivação do golpe aplicado pelos militares iniciou-se uma verdadeira mudança nos rumos e nos modos de se fazer política no país. Neste ponto chegamos a algumas conclusões do Estado autoritário que se formou, pois continha uma série de características próprias que não condiziam com um Estado autoritário fechado. Sendo assim, podemos constatar que em busca de legitimação e uma pretensa democracia, a ditadura militar quis aparentar ser mais leve. Por outro lado, continha uma série de ações de ditaduras ferrenhas, tal como as cassações políticas, tortura, desaparecimento, uma tentativa de controle ideológico de massas, neste caso através do uso da educação e de veículos de comunicação de massa. O modo ditatorial que se formou é digno de um novo estudo, principalmente se contrastando com outras ditaduras militares que se formaram na América Latina durante este período.

No tocante a administração os militares passaram a modernizar o estado da forma em que parecia correta. Com isso, houve o aumento da burocracia estatal e da importância dos técnicos no governo. Houve uma ampliação da ação governamental e das instituições ligados ao Estado. A forma de se levar à política pode ser considerada de difícil análise no sentido, que se tratava de uma ditadura e, portanto, era muito mais fácil governar por atos institucionais e sem a oposição da sociedade ou do congresso. Mas de qualquer forma, o que aconteceu foi uma

tentativa de "arramar a casa" por parte dos militares, que consideravam o Estado e seus mecanismos atrasados e rudimentares.

Com relação à proposta de que os militares, como grupo mais restrito e, portanto, com características específicas teriam ações governamentais marcadas por estas características, chegamos a algumas conclusões. O primeiro ponto é diz respeito à própria constituição do Estado e que ele mais representa. Com isso, volto a insistir na questão de que ao se trabalhar com o tema estado não se pergunta para que? Como? Em que circunstância? Mas sim, para quem? A quem o Estado verdadeiramente representa. No estudo realizado, os grandes beneficiários da ditadura foram grupos empresariais que participaram desde a conspiração do golpe. Com isso, se nota medidas para corresponder a este apoio e outras como forma de ter controle social dos setores que estavam excluídos dos planos principais do governo.

O segundo ponto é que realmente se podem notar características dos militares na forma de conduzir o estado. O fato de conduzirem o governo como se fosse um grande quartel, esperando uma funcionalidade orgânica das partes, como se estivessem em guerra. Este é outro ponto importantíssimo, caracterizamos o estado militar, como um estado beligerante: a política, a economia e a sociedade foram tratadas como se fosse estivessem em guerra, tudo correspondia a se fazer à segurança do país. Vale dizer também que este estar em guerra correspondia aos novos modos de se fazer guerra que era a guerra

revolucionária, a guerra insurrecional, ou seja, tudo e todos eram suspeitos, qualquer um poderia ser culpado. Neste sentido muitas ações políticas foram executadas para corresponder a este pensamento militar, só lembrar que a primeira medida dos militares no governo foi realizar a operação pente fino, que correspondia à retirada dos elementos que estavam na política e no exército e que eram considerados opositores do governo que se formava.

Outras tradições que muito diz respeito aos militares tal como hierarquia, disciplina e patriotismo e jargões como missão, bem comum, moral podem ser vistos nas medidas executadas para a sociedade. Com isso, se faz necessário à análise de livros didáticos de OSPB e EMC, dos discursos dos militares, da pretensão, por parte dos militares, que todo cidadão, de certa forma, fosse também um soldado. Enfim que os militares conseguissem fazer uma sociedade completamente disciplinada e obediente que pensasse tal como eles.

Sendo assim, o presente trabalho procurou analisar o modo como os militares construíram o Estado logo após o golpe e como as tradições e simbologias militares contribuíram para a construção deste Estado. Além disto, vimos como se deu o processo de formação da força política por parte dos militares. Podemos concluir, portanto, que os militares foram influenciados pelas suas tradições e modo de ver o mundo no momento de governarem e de mudarem as políticas estatais, mas tendo a ressalva que o estado e suas políticas atendem também a outros interesses que não só os dos militares.

Bibliografia

ALVES, Maria helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil 1964-1985*.

Peirópolis. Vozes. 1987.

BARROS, Adirson. *Março, Geisel e a revolução brasileira*. Rio de Janeiro. Ed.

Nelson. 5a ed. Petrópolis. Civilização Brasileira. 1977.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1976.

CASTRO, Celso. *O espírito militar. Um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. JHE. Rio de Janeiro. 1990.

_____. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro. Zahar Editora. 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1975.

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil 1964-1985*. Rio de Janeiro. 3a ed. Record. 1999.

CHAGAS, Carlos. *A guerra das estrelas 1964-1984*. Ed. L&MP. 3a ed. 1984.

COMBLIM, Josefh. *A ideologia da segurança nacional. O poder na América Latina*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1978.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política e golpe de classe*. Petrópolis. Vozes. 1981.

D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio, CASTRO, Celso, (org.) *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro. Relume Dumará. 1994.

_____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro. Relume Dumará. 1994.

_____. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1997.

FARIA, Vilnar. "Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira nos últimos trinta anos". Bernardo Sorj, Maria Herminia Tavares de Almeida (orgs.) *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis. 23a ed. Vozes 2000.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo. Cia das Letras. 1987.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1982.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de Hegemonia em Gramsci*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Graal. 1978.

HUNTINGTON, Samuel P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Forense Universitária. São Paulo.

MAIRA, Luís; SOUZA, Hebert José de; ANDRADE, Régis de Castro;
PORTANTIEIRO, Juan Cario; BARRAZA, Ximena. *América Latina: Novas
estratégias de dominação*. Petrópolis. Vozes. 1982.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Opalácio e a caserna. A dinâmica militar das
crises políticas na ditadura. (1964-1969)*. São Carlos. EDUFSCar. 1995.

MENDONÇA, Soma Regina de, FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil
recente: 1964-1980*. 2ª ed. São Paulo. Ática. 1991.

MIRANDA, Ubiratan. *Propaganda política no Brasil, em face da segurança
nacional especialmente quanto aos aspectos subversivos do ordem política e
social*. Rio de Janeiro. ESG. 1963.

MORAES FILHO, Evaristo (org.). *Simmel, Grandes cientistas Sociais*. Trad.
Carlos Alberto Pavanelli. São Paulo. Ática. 1983.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As forças armadas política e ideologia no Brasil
1964-1969*. Petrópolis. Vozes. 1976.

SORJ, Bernardo. ALMEIDA, Maria Hermília T. de. (ORG). *Sociedade e política no Brasilpós 64*. 2a ed. São Paulo. Brasiliense. 1984.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1988

. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Trad. Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1982.

STÉPAN, Alfred. *Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro. Arte Nova. 1975.

TOLEDO, Caio Navarro de (ORG). *Visões críticas do golpe de 64*. Campinas Edunicamp. 1997.

KLEIN, Lúcia, FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e coação no Brasilpós-64*. Forense Universitária. 1978.

Fontes:

Escola Superior de Guerra. *Manual: Doutrina Básica*. 1979.

Monografia de Bacharelado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, sendo avaliadores os seguintes professores:

Prof. Dr Henrique Soares Carneiro.

Orientador

Prof. Adriano Sérgio Lopes da Gama Cerqueira

Prof. Lígia Diniz Garcia